

Relatório e Contas 2016



CARAVELA
COMPANHIA DE SEGUROS

Protegemos o Seu Futuro

Relatório de Gestão 2016

ÍNDICE

⇒ MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	3
⇒ ÓRGÃOS SOCIAIS	4
⇒ RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
⇒ POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	22
⇒ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:	
● POSIÇÃO FINANCEIRA	25
● GANHOS E PERDAS	28
● VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	31
● RENDIMENTO INTEGRAL	33
● FLUXOS DE CAIXA	35
⇒ ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	37
⇒ RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	
⇒ CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

Com o encerramento do exercício económico de 2016 terminou o mandato do Conselho de Administração nomeado nos finais de 2014.

Tratou-se dum período muito positivo para o desenvolvimento sustentável da Companhia que ressurgiu com ânimo acrescido na conquista do seu espaço de mercado em seguimento a decisivas alterações estratégicas a começar pela icónica mudança do seu nome para CARAVELA-Companhia de Seguros, S.A. e a ocupação de nova Sede.

Em resultado das novas linhas de ação empreendidas a Companhia veio a apresentar no final do exercício, confirmando a inversão da sua dinâmica negativa, resultados positivos e, talvez ainda com mais significado, a CARAVELA assegurou por si mesma o cumprimento das novas e mais severas exigências em matéria de solvabilidade, conforme Solvência II.

Subjacente à obtenção destas importantes e reconfortantes metas refira-se em síntese a) o alargamento da malha comercial da Companhia, b) os novos critérios de *pricing* e subscrição de riscos, c) o judicioso e insistente saneamento da carteira, d) o esforço bem sucedido em matéria de controlo de custos, e) o cuidado havido em matéria de gestão da carteira de ativos e, *last but not the least*, f) a auto-mobilização de todo o pessoal proporcionando, em ação conjunta e determinada, contribuição decisiva para obtenção dos ambiciosos objetivos de recuperação e relançamento fixados.

Com efeito o sólido patamar de afirmação já alcançado pela CARAVELA com reconhecimento a nível geral do mercado da sua tecnicidade, honestidade, eticidade e sentido de serviço só foi possível pelo envolvimento entusiasta e espontâneo de todos os seus trabalhadores.

Mas o que foi feito sendo imenso se olharmos o passado, pouco é se anteciparmos os novos desafios que a vida concreta em movimento nos coloca em ambiente cada vez mais competitivo.

É que em gestão não há linhas de chegada mas tão somente marcos de partida para metas cada vez mais exigentes e ambiciosas.

É assim que se defende a empresa, o emprego, a economia e em síntese a continuidade e a qualidade do futuro de todos.

Para o exercício já em curso com arranque muito auspicioso o Conselho de Administração confirmou o sentido estratégico a prosseguir para o Desenvolvimento Sustentado da Companhia com insistência nos seguintes focos: desenvolvimento quantitativo e qualitativo da carteira de prémios, controlo de custos, criteriosa política de investimento e decisiva aquisição e prática dos novos desenvolvimentos das tecnologias de informação designadamente em matéria digital.

Com fundo sentimento do dever cumprido estamos certos que com estas linhas programáticas projetadas a partir do modelo operacional anterior e com o reiterado envolvimento determinado de todos a CARAVELA continuará a cumprir rotas seguras em direção ao seu continuado sucesso.

Diamantino Marques

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente António João da Cunha Correia de Oliveira
Secretário Nuno Miguel Marques dos Santos Horta

Conselho de Administração:

Presidente Diamantino Pereira Marques
Vice-Presidente António Manuel Nestor Ribeiro
Administrador Delegado José Paulo de Castro Trigo
Vogal José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
Vogal Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa

Conselho Fiscal:

Presidente Manuel Augusto Lopes de Lemos
Vogal Humberto Manuel Martins Carneiro
Vogal Armando Luis Vieira de Magalhães - ROC nº 676
Vogal Suplente Bernardo José Ferreira Reis

Sociedade de Revisores Oficiais

de Contas: Mazars & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A. – SROC nº 51,
representada por Fernando Jorge Marques Vieira
- ROC nº 564

Relatório e Contas 2016



CARAVELA
COMPANHIA DE SEGUROS

Protegemos o Seu Futuro

**Relatório do Conselho de
Administração**

ÍNDICE DO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- I. INTRODUÇÃO**
- II. ENQUADRAMENTO**
- III. ATIVIDADE DA CARAVELA**
- IV. CAPITAL SOCIAL E RESULTADO**
- V. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO PARA 2017**
- VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

I. INTRODUÇÃO

A indústria seguradora está a viver mudanças profundas, quer em razão do ambiente macroeconómico adverso, de baixo crescimento e baixas taxas de juro, quer por ter de se ajustar ao novo Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR) – Lei n.º 147/2015 de 9 de Setembro – que impõe novas e importantes exigências aos operadores não só de solidez financeira mas também de gestão, de controlo e de transparência.

Com efeito, a aplicação do RJASR exige uma significativa mudança no que concerne aos requisitos do sistema de governação, de reporte e de divulgação pública de informação das empresas.

Assim, no ano de 2016, a CARAVELA desenvolveu todo um exercício de reformulação e aprovação do seu Sistema de Governação interno que deu lugar à materialização das várias políticas exigidas pelo referido documento, designadamente o Código de Conduta, Política de Abertura ao Risco, Política de Auto-Avaliação Prospetiva de Riscos, Política de Remuneração, Política de seleção e avaliação da adequação dos titulares de funções-chave, Política de Subcontratação e Política de Auditoria. Acrescente-se, ainda, que se encontra em fase de revisão a Política de Controlo Interno e em fase de elaboração a Política de Gestão de Riscos.

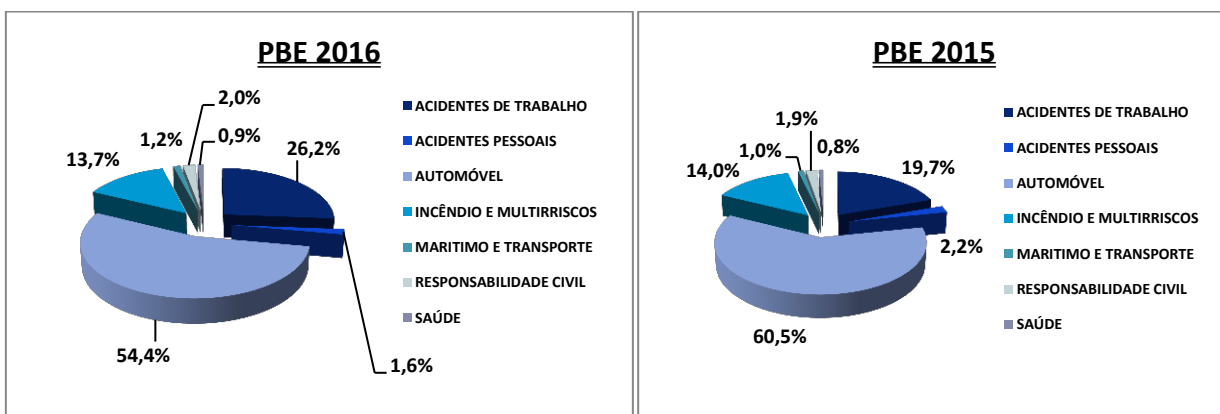
Em 2016, no difícil contexto económico referido, o volume da produção de seguro direto em Portugal atingiu os 10,8 mil milhões de euros, o que reflete uma diminuição de 14,4% face ao valor de 2015.

Refira-se, no entanto, que pelo segundo ano consecutivo os ramos Não Vida - única área comercializada pela CARAVELA - registam um acréscimo agregado de produção de 4,9% em relação a 2015 (contra 3,5% no ano anterior), atingindo o valor de 4,2 mil milhões de euros.

No que diz respeito à CARAVELA é de registar que encerrou o exercício de 2016 com um montante de 36.939.372 euros de Prémios Brutos Emitidos, representando um crescimento de 30,9% relativamente a 2015, a grande distância do crescimento consolidado do mercado de 4,9% como referimos.

Em 2 anos o crescimento da CARAVELA, foi, em P.B.E., de 81,8%

A evolução da distribuição da carteira da Companhia, por ramos, foi a seguinte:



Deve salientar-se que um dos principais objetivos pré-definidos – diminuição do peso do ramo Automóvel na estrutura da carteira – está a ser conseguido, nunca perdendo de vista que o nosso

crescimento orgânico se deve pautar sempre, por uma rigorosa análise na subscrição e gestão de riscos, política que o Resultado Líquido Positivo no ano, superior a 300 mil euros, bem testemunha.

II. ENQUADRAMENTO

A) Conjuntura Internacional¹

Em 2016 o Produto Interno Bruto (PIB) ficou abaixo do seu potencial, com o abrandamento da economia mundial, tendo crescido 3,1% contra 3,2% do ano anterior. Em 2017, estima-se que possa haver uma melhoria de 0,3 p.p. da economia, sendo previsível que o crescimento do PIB atinja 3,4% a nível mundial.

O previsto crescimento da economia resultará, em grande parte, da esperada evolução positiva da economia dos países em desenvolvimento e de algum avanço nos países desenvolvidos.

Espera-se que em 2017 as economias avançadas cresçam 1,9%, sendo que o crescimento da economia europeia e do Japão vão desacelerar para 1,6% e 0,8% respetivamente. Está previsto que o Reino Unido tenha um crescimento de 1,5%, uma desaceleração importante face a 2016, devido em grande parte ao *Brexit*. Por outro lado, a expectativa relativamente aos Estados Unidos da América (EUA) é grande, devendo ser o país desenvolvido com maior e mais sustentado crescimento em 2017 - cerca de 2,3%.

Em 2017, as economias mais desenvolvidas deverão apresentar um crescimento de 1,9%

Apesar destas previsões serem apresentadas por fontes geralmente consideradas credíveis, têm implícito um significativo grau de incerteza, motivado principalmente pelo impacto das mudanças políticas sentidas nos EUA e na área do euro.

Relativamente aos países em desenvolvimento, as expectativas de crescimento aumentam fortemente em 2017, fixando-se em 4,5%, salientando-se uma melhoria da Rússia (1,1%) e do Brasil (0,2%) - que em 2016 estiveram em recessão - em consequência da recuperação do preço do petróleo. A China, por sua vez, assistirá ao abrandamento da sua economia, apesar de um crescimento esperado de 6,5%.

Relativamente à zona euro esta teve, em 2016, um abrandamento do seu crescimento que se situou em 1,7%, face a 2% de 2015. Esse crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo aumento da procura interna, em resultado do Banco Central Europeu (BCE) continuar a reforçar a sua política monetária *Quantitative Easing*, injetando liquidez na economia.

É de destacar que as economias da zona euro que mais cresceram em 2016 foram a da Irlanda (4,6%) e a de Malta (4,3%) enquanto as que obtiveram um menor crescimento foram a da Grécia (0,1%), Itália (0,9%), Estónia (1%) e Finlândia (1%).

Na zona euro, os países com maior crescimento foram a Irlanda e Malta

¹ Fontes:

Fundo Monetário Internacional (Janeiro 2017) – “Overview of the World Economic Outlook Projections” Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/update/01/pdf/0117.pdf> (pp. 7)

Banco Central Europeu (Dezembro 2016) – “Projeções macroeconómicas para a área do euro elaboradas por especialistas do Eurosistema” Disponível em <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/other/eurosystemstaffprojections201612.pt.pdf?92ab79e18c4a0779fa3cd8bf342e58ec> (pp. 11)

Banco Central Europeu (Dezembro 2016) – “Eurosystem staff macroeconomic projections for the euro area countries”. Disponível em <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/other/eurosystemstaffprojectionsbreakdown201612.en.pdf>

Em 2017 prevê-se que a zona euro tenha um crescimento de 1,6%. Neste crescimento a componente mais dinâmica da procura global será a das exportações (3,7%) em consequência de uma melhoria do comércio mundial. Na procura interna, a rubrica que mais contribuirá para o seu crescimento é o investimento (3,1%) devido às previsões de aumento da produção e de uma melhoria das condições de financiamento, face à manutenção do *Quantitative Easing*, enquanto a procura externa impulsionada pelo aumento das importações nas economias avançadas (fora da zona euro) e nas economias emergentes, em particular, Rússia e Brasil, deverá ganhar novo dinamismo.

B) Conjuntura Nacional²

Analisando a economia portuguesa, após o primeiro ano do novo governo, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 1,4% em 2016 (face a 1,6% de 2015). Este crescimento ocorre devido a melhorias no mercado de trabalho e no rendimento disponível das famílias, contribuindo positivamente para o aumento de 2,1% do consumo privado. Apesar do consumo privado ter sido a componente da procura interna que teve o maior crescimento, o consumo público foi a única parcela que obteve uma melhoria face a 2015, cerca de 0,2 p.p.. O crescimento da procura interna total de 1,2% foi penalizado pela retração do investimento, -1,7%.

Apesar do crescimento do PIB (1.4%) ter sido superior ao esperado, não chega aos 1.9%, da zona euro

Apesar deste resultado ser melhor que o previsto pela generalidade dos analistas, não chega ao crescimento médio de 1,9% nos 28 Estados membros da UE.

A Balança Comercial obteve um saldo positivo por o valor das exportações (3,7%) ter sido superior ao valor das importações (3,5%), apesar de ambos os valores terem diminuído comparativamente aos seus homólogos anteriores. A procura externa desacelerou devido ao abrandamento da economia de alguns dos principais parceiros comerciais do país, tais como Angola e Brasil, tendo sido no entanto as exportações a componente da procura global que mais contribuiu para o crescimento da produção económica.

O indicador económico de empregabilidade, taxa de desemprego, fixou-se nos 11% em 2016, menos 1,4 p.p. que em 2015 enquanto a taxa de inflação média anual registou um aumento de 0,3 p.p., passando para 0,6%.

Prevê-se que, em 2017, o PIB cresça 1,6%, em resultado do contributo positivo da procura interna, mais precisamente do agregado Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). A FBCF será a componente mais dinâmica da procura interna, aumentando previsivelmente para 4,4%, a partir da recuperação do investimento empresarial. O consumo privado poderá desacelerar, 1,3% do PIB, num contexto de redução do rendimento disponível real das famílias.

Saliente-se finalmente como aspeto particularmente positivo que o défice orçamental se fixou em 2,1% em relação ao Produto, valor de elevado impacto psicológico por se situar bem abaixo do limite máximo de 3% pré-fixado pelas convenções europeias (Pacto de Estabilidade e Crescimento), sendo ainda o menor défice registado nos últimos 40 anos.

A evolução positiva da economia deverá ser acompanhada pela melhoria no mercado de trabalho, prevendo-se que a taxa de desemprego continue a diminuir, tendendo para 10%. A taxa de inflação deverá ter uma evolução oposta, atingindo 1,4%, devido ao aumento generalizado dos preços refletindo pressões de origem interna e externa.

² Fonte:

Banco de Portugal (Dezembro 2016) – “Boletim Económico”. Disponível em

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_dez2016_p.pdf. Projeções para a economia portuguesa:2016-2019 (pp.7)

C) Sistema Financeiro³

A decisão do Reino Unido de sair da União Europeia (UE), bem como os resultados das eleições nos Estados Unidos da América surpreenderam os mercados financeiros mundiais, originando uma grande incerteza no futuro e por isso uma maior volatilidade nos preços dos ativos.

A Reserva Federal dos Estados Unidos aumentou as taxas de juro de curto prazo, apesar da maioria das economias desenvolvidas as terem mantido inalteradas.

Nos países em desenvolvimento verificou-se o aumento de taxas de juro de longo prazo em obrigações de moeda local, sobretudo na Europa e na América Latina. Os riscos dos mercados emergentes diminuíram, devido a alguma recuperação dos preços das *commodities* e a melhorias das condições financeiras externas, mas os riscos de mercado e de liquidez continuaram elevados.

A política monetária *Quantitative Easing* melhorou ligeiramente as condições monetárias e financeiras de alguns países europeus, como é o caso de Portugal. Estas medidas foram acompanhadas por uma descida das taxas de juro soberanas na zona euro; contudo estas taxas de juro, muito baixas, conduzem à fragilidade da rendibilidade do sistema bancário europeu e ao aumento do risco de crédito. Devido a estas vulnerabilidades do setor bancário português, há uma maior dificuldade em gerar internamente o reforço dos fundos próprios e em atrair capital.

O setor segurador português em termos agregados Vida e Não Vida sofreu uma contração, registando-se uma redução nos prémios do ramo Vida, por declínio dos seguros financeiros e um aumento nos ramos Não Vida, principalmente nos ramos de Acidentes de Trabalho e de Automóvel.

D) Tendências do Sector Segurador e Perspetivas de Evolução⁴

Em 2016, no mercado Não Vida, o volume da produção de seguro direto foi superior a 4 mil milhões de euros tendo tido uma variação positiva, face a 2015, de 4,9%.

A taxa de sinistralidade Não Vida teve um ligeiro aumento em 2016, passando de 64,1% para 65,6%.

Analisando os principais Ramos Não Vida, registam-se as seguintes evoluções:

- O Ramo Acidentes Trabalho, dado o esforço desenvolvido no sentido da recuperação do seu equilíbrio económico, obteve uma variação positiva de 12,4%, superando o crescimento verificado em 2015, apresentando uma taxa de sinistralidade de 100,7% (aumento de 2,4 pontos percentuais face a 2015);
- Em Incêndio e Outros Danos, verificou-se um crescimento de 1,9%, refletido quer nos Seguros de Habitação e Condomínio (+3,2%) quer no Comércio e Indústria (+1,7%). A nível de sinistralidade, este Ramo atingiu em 2016 uma taxa de 48,9%, valor superior ao de 2015 (40,9%);

³ Fonte:

Fundo Monetário Internacional (Outubro 2016) – “Global Financial Stability Report” Disponível em <https://www.imf.org/external/pubs/ft/gfsr/2016/02/pdf/text.pdf>

Banco de Portugal (Novembro 2016) – “Relatório de Estabilidade Financeira” Disponível em https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/ref_11_2016_pt.pdf

Banco de Portugal (Dezembro 2016) – “Boletim Económico”. Disponível em

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_dez2016_p.pdf. Projeções para a economia portuguesa:2016-2019 (pp. 13)

⁴ Fonte: APS – Base de dados, da Segurdata, a 2016.12

- O Ramo Saúde cresceu 10,0%, confirmando os crescimentos sistemáticos registados em anos anteriores, tendo a taxa de sinistralidade atingido os 72,2%;
- No Mercado Automóvel, em 2016, as vendas de viaturas em Portugal cresceram pelo terceiro ano consecutivo, aumentando 15,8%, constituindo no entanto este crescimento um abrandamento face a 2015 (24%) e 2014 (36%). O Mercado Segurador tem acompanhado esta tendência de crescimento, finalizando o ano com uma oscilação positiva de 4,5%. A sinistralidade do Ramo Automóvel aumentou ligeiramente, face a 2015, tendo passado de 65,6% para 66,1%;
- O Ramo Transportes apresentou um decréscimo de -8,3%, sendo que em termos de sinistralidade se verificou uma evolução favorável fixando-se em 31% contra os 49,1% do ano anterior;
- O Ramo Responsabilidade Civil apresentou um crescimento de 5,2%, enquanto a sua sinistralidade diminuiu face ao ano anterior, fixando-se em 27,2%.

O Ramo Vida registou uma quebra de 22,7%, explicada maioritariamente pela desaceleração significativa da Produção nos Produtos de Capitalização.

Em síntese e de forma agregada, o Mercado Segurador em 2016 apresentou um decréscimo de 13,9%, salientando-se a quebra de 22,7% do ramo Vida contra um crescimento em Não Vida de 4,9%.

III. ACTIVIDADE DA CARAVELA

A) Principais Indicadores

Em 2016, quanto às componentes do balanço, é de notar a redução do peso das provisões técnicas, que representam 119,6% dos prémios brutos emitidos de seguro direto (PBE), realçando-se a forte influência do crescimento da Companhia para a diminuição deste rácio em 39,1 p.p., face a 2015.

Nas rubricas de ganhos e perdas, os prémios brutos emitidos de seguro direto, líquidos de estornos e anulações, apresentaram um forte crescimento, de 30,9%, verificando-se um novo impulso comercial, materializado nas estratégias de alargamento da rede de mediadores, já definidas em 2015. Destaca-se ainda, a variação favorável da taxa de sinistralidade, que apresentou um decréscimo de 4,5%, face ao ano anterior.

O resultado líquido foi de 302 milhares de euros, representando 0,8% dos prémios brutos emitidos e um aumento de 46% relativamente a 2015, dando assim continuidade ao bom desempenho da Caravela.

O resultado líquido da Caravela foi de 302.489€, representando um crescimento de 46,2%, face a 2015

Quanto ao rácio combinado verifica-se uma melhoria do mesmo, com um decréscimo de 12,6%, face a 2015, com contribuições positivas quer do rácio técnico quer do rácio de exploração que continuará, contudo, a exigir um controlo contínuo e proactivo.

	INDICADORES SINTÉTICOS		
	(U: milhares de euros)		
	2016	2015	VAR 16/15%
Balanço			
Ativo líquido	61.058	61.072	0,0%
Capital próprio	9.064	8.916	1,7%
Provisão para prémios não adquiridos	8.652	7.126	21,4%
Provisão para sinistros	32.809	33.693	-2,6%
Provisão para sinistros líquido de resseguro	27.257	29.334	-7,1%
Provisões técnicas	44.187	44.758	-1,3%
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	36.939	28.211	30,9%
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	24.174	19.337	25,0%
Custos com sinistros de seguro direto	20.504	16.376	25,2%
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	15.060	13.394	12,4%
Custos Operacionais	13.457	12.405	8,5%
Rendimentos	1.246	4.379	-71,5%
Resultado líquido	302	207	46,2%
Indicadores			
Prémios brutos emitidos / nº de empregados	352	271	29,9%
Taxa de sinistralidade de seguro direto	58,5%	61,3%	-4,5%
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	62,3%	69,3%	-10,1%
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	0,8%	0,7%	11,7%
Provisões para sinistros / prémios brutos emitidos	88,8%	119,4%	-25,6%
Provisões técnicas / prémios brutos emitidos	119,6%	158,7%	-24,6%
Resultado líquido / capital próprio	3,3%	2,3%	43,8%
Resultado líquido / capital social	2,2%	1,5%	46,2%
Rácio combinado	108,1%	123,8%	-12,6%

B) Gestão Técnica

1. Produção

Como já foi mencionado, a CARAVELA fechou o exercício de 2016 com um montante de 36.939.372 euros de Prémios Brutos Emitidos, representando um crescimento de 30,9% relativamente ao ano anterior.

Analisando a situação por ramo, registam-se os seguintes destaques:

- A evolução da produção no ramo de Acidentes de Trabalho que fechou o ano com 9.679.210 euros de PBE's a que corresponde um crescimento de prémios de 74,5% em relação a 2015, justificado quer pelo aumento de taxas aplicado nas apólices em carteira quer, também, por um controlo efetivo na aplicação de regras mais rígidas na aceitação de novos contratos, principalmente nas classes de risco mais gravosas.
- A evolução do ramo Incêndio e Outros Danos foi positiva, com um crescimento de 28,3%, representado por um valor de 5.056.190 euros de PBE's.
- O ramo Automóvel cresceu 17,7%, face a 2015, continuando a ser o ramo de maior peso da Companhia com 20.084.620 euros de PBE's, representando uma quota de 49% (expurgado dos prémios de Assistência em Viagem); esta percentagem evidencia uma diminuição de 5 p.p. em relação ao ano anterior, refletindo um maior equilíbrio na carteira global da Caravela, no que concerne à distribuição por ramos.
- O ramo Responsabilidade Civil Geral terminou o ano com 734.535 euros de PBE's, contra 536.055 euros do ano passado, refletindo um crescimento de 37%.
- O ramo de Transportes (Mercadorias Transportadas e Embarcações de Recreio) obteve uma variação positiva de 150,2%, representada por uma produção final de 440.085 euros.

Os quadros que se apresentam a seguir, proporcionam uma panorâmica muito clara da evolução e estrutura da carteira da CARAVELA, no triénio.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA CARTEIRA DE P.B.E.'s EM EUROS

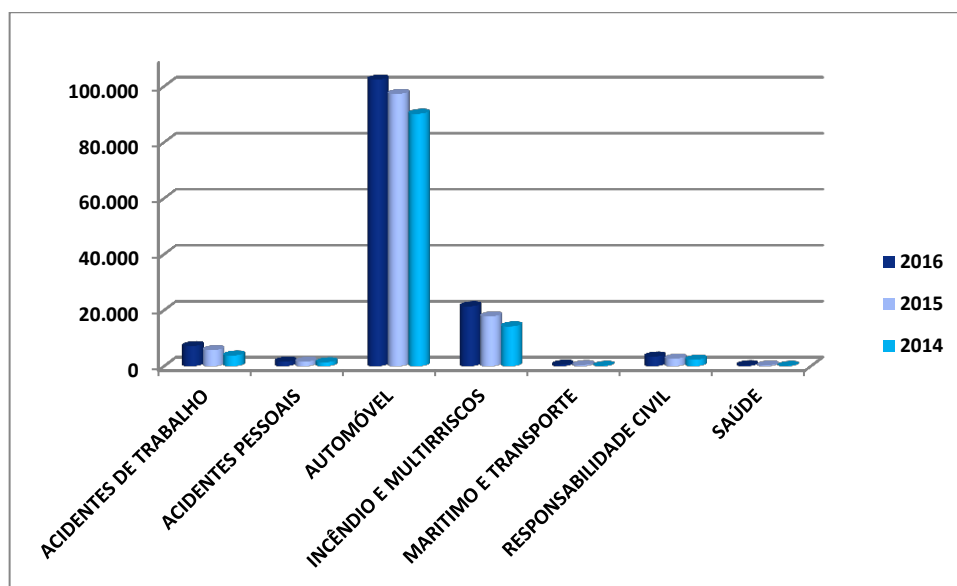
U: Euros

RAMOS	-		PBE		
	▲	2016	▲	2015	2014
ACIDENTES DE TRABALHO	74,5%	9.679.210	202,0%	5.547.336	1.836.633
ACIDENTES PESSOAIS	-2,2%	599.687	2,6%	613.369	597.703
AUTOMÓVEL	17,7%	20.084.620	15,2%	17.059.477	14.811.310
INCÊNDIO E MULTIRRISCOS	28,3%	5.054.786	50,8%	3.941.270	2.613.744
MARITIMO E TRANSPORTE	54,7%	439.495	621,0%	284.084	39.403
RESPONSABILIDADE CIVIL	36,2%	737.543	90,3%	541.359	284.415
SAÚDE	53,2%	344.032	60,0%	224.600	140.351
TOTAL	30,9%	36.939.372	38,8%	28.211.495	20.323.558

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA EM TERMOS DE NÚMERO DE APÓLICES

RAMO	APÓLICES EM VIGOR					
	2016		2015		2014	
	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO
ACIDENTES DE TRABALHO	5,3%	7.219	4,6%	5.757	3,4%	3.848
ACIDENTES PESSOAIS	1,2%	1.661	1,3%	1.649	1,3%	1.424
AUTOMÓVEL	74,7%	102.467	77,3%	97.334	80,3%	90.229
INCÊNDIO E MULTIRRISCOS	15,6%	21.426	14,1%	17.821	12,7%	14.251
MARITIMO E TRANSPORTE	0,4%	553	0,3%	393	0,1%	141
RESPONSABILIDADE CIVIL	2,5%	3.471	2,2%	2.716	2,1%	2.343
SAÚDE	0,3%	380	0,2%	285	0,1%	132
TOTAL	100,0%	137.177	100,0%	125.955	100,0%	112.368

GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA EM TERMOS DE NÚMERO DE APÓLICES



2. Sinistros

Em 2016, os custos com sinistros de seguro direto ascenderam a 20.504.285 de euros (antes de imputação de custos), representando um aumento de 25,2% (4.128.615 euros) em relação a 2015.

O aumento centrou-se sobretudo nos Ramos de Acidentes (+73%, ou seja 3.119.096 euros) e Incêndio e Outros Danos (+76%, ou seja 988.048 euros).

No Ramo Automóvel, verificou-se um aumento de apenas 3,5% (370.796 euros).

Quanto aos Ramos menos representativos, verificou-se uma redução considerável em Responsabilidade Civil Geral (-142%, equivalente a -370.571 euros), e um aumento de 89% (21.245 euros) no que diz respeito ao Ramo de Mercadorias e Transportes.

DISTRIBUIÇÃO DA SINISTRALIDADE POR RAMOS

(U: milhares de euros)

Custos com Sinistros de Seguro Direto	2016	2015	VAR 16/15%
Acidentes (Trabalho, Pessoais e Saúde)	7.372.351	4.253.255	73,3%
Incêndio e Outros Danos	2.286.107	1.298.059	76,1%
Automóvel	10.911.463	10.540.667	3,5%
Responsabilidade Civil Geral	-110.746	259.825	-142,6%
Mercadorias e Transportes	45.110	23.865	89,0%
Total	20.504.285	16.375.670	25,2%

Estes valores conduziram a uma taxa de sinistralidade de 58,5%, abaixo do registado em 2015 que se havia fixado em 61,3 %.

TAXA DE SINISTRALIDADE POR RAMOS

(U: milhares de euros)

Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos	2016	2015	VAR 16/15%
Acidentes (Trabalho, Pessoais e Saúde)	72,4%	70,9%	2,1%
Incêndio e Outros Danos	48,7%	38,2%	27,5%
Automóvel	58,3%	64,1%	-9,0%
Responsabilidade Civil Geral	-16,4%	63,0%	-126,1%
Mercadorias e Transportes	10,4%	9,6%	9,1%
Total	58,5%	61,3%	-4,5%

Em 2016, o número total de sinistros apresentou um aumento de 23,8% em relação a 2015, com especial incidência nos Ramos de Acidentes (42,6%), Incêndio e Outros Danos (51,2%) e no Ramo Automóvel (12,6%). Nos restantes segmentos, Responsabilidade Civil Geral e Mercadorias e Transportes, constatou-se um aumento considerável em termos relativos, mas pouco significativo em termos absolutos.

SINISTROS ABERTOS

(U: milhares de euros)

Processos Abertos por Segmento	2016	2015	VAR 16/15%
Acidentes (Trabalho, Pessoais e Saúde)	4.073	2.857	42,6%
Incêndio e Outros Danos	2.093	1.384	51,2%
Automóvel	10.475	9.304	12,6%
Responsabilidade Civil Geral	269	127	111,8%
Mercadorias e Transportes	26	12	116,7%
Total	16.936	13.684	23,8%

O aumento do número de sinistros verificados em 2016, foi superior ao aumento do número de apólices em vigor, traduzindo-se assim num acréscimo da frequência de sinistros.

Assim, a Companhia registou uma frequência de sinistros global de 12,9%, fixando-se no Ramo Automóvel, segmento mais representativo da Companhia, em 10,5%.

FREQUÊNCIA DE SINISTROS

(U: milhares de euros)

Frequência de Sinistros por Segmento	2016	2015	VAR 16/15%
Acidentes (Trabalho, Pessoais e Saúde)	48,06%	43,63%	10,1%
Incêndio e Outros Danos	10,67%	8,63%	23,6%
Automóvel	10,49%	9,92%	5,7%
Responsabilidade Civil Geral	8,70%	5,02%	73,2%
Mercadorias e Transportes	5,50%	4,49%	22,3%
Total	12,87%	11,48%	12,1%

Sendo a área de tratamento de sinistros particularmente avaliada pela qualidade de serviço que proporciona aos reclamantes, a Companhia para defesa da sua imagem de marca entende continuar a apostar na melhoria dos seus processos e procedimentos de resposta às participações recebidas.

3. Resseguro

A Caravela após a transição verificada em 2015 e depois de efetuados vários estudos decidiu não alterar as retenções nos tratados proporcionais e as prioridades nos tratados não proporcionais, que suportam os seus programas de Resseguro.

Manteve-se, por isso, a estrutura dos tratados apenas com ligeiras alterações nos resseguradores e respetivas retenções.

No que respeita aos tratados proporcionais, para os ramos de Incêndio e Outros Danos, Marítimo e Engenharia manteve-se a retenção de 30% na quota-parte.

Os tratados de Excesso de Perdas (XL) de Automóvel, Acidentes Pessoais, Acidentes de Trabalho e CAT não sofreram qualquer alteração quer nos níveis de prioridade quer nas capacidades.

A credibilidade conseguida pela Caravela, no mercado, tem permitido continuar a melhorar as taxas negociadas com os resseguradores

No que toca a resseguradores envolvidos, a Nacional Re manteve-se como líder na totalidade dos tratados, com 40%.

No quadro abaixo apresenta-se o leque de resseguradores, bem como o respetivo *rating*:

RESSEGURO 2016	
Ressegurador	Rating S&P
Nacional Re	(A-)
Hannover	(AA-)
Amlin	(A)
Scor	(AA-)
Helvetia	(A)
Qbe	(A+)
Sirius	(A-)
XL Catlin	(A)
Covea	(A+)
Tokio Millennium	(A+)

C) Gestão Financeira

1. Investimentos Financeiros

Os Investimentos financeiros, nomeadamente, os Ativos Mobiliários, decresceram 3.134 milhares de euros em 2016, traduzindo uma diminuição de 6% face a 2015.

A gestão dos ativos financeiros, em parceria com a *OFI Asset Management*, tem vindo a ser executada de acordo com a política de investimentos da Companhia, orientando-se tal como nos anos anteriores, por critérios de prudência, segurança e liquidez e no respeito pelas recomendações quer do EIOPA quer da Autoridade de Supervisão nacional.

(U: milhares de euros)

CARTEIRA DE ATIVOS	2016			2015			Var 16/15 %
	VALOR	%	%	VALOR	%	%	
1. INVESTIMENTO REPRODUTIVO							
Ativos Mobiliários							
Dívida Pública (1)	19.447	43%	41%	22.918	47%	46%	-15%
Obrigações Diversas (1)	22.675	50%	48%	19.702	41%	40%	15%
Ações e Fundos de Investimentos	2.587	6%	5%	2.833	6%	6%	-9%
Liquidez (2)	744	2%	2%	3.134	6%	6%	-76%
Sub-total	45.453	100%	95%	48.587	100%	98%	-6%
Outros Ativos não Mobiliários							
Imóveis	1.361		3%	0		0%	-
Sub-total	1.361		3%	0		0%	-
TOTAL (1)	46.814		98%	48.587		98%	-4%
2. INVESTIMENTO OPERACIONAL							
Equipamento, Mobiliário e Material	863		2%	880		2%	-2%
TOTAL (2)	863		2%	880		2%	-2%
TOTAL (1) + (2)	47.677		100%	49.467		100%	-4%

Obsv:

(1) Valorização com juros decorridos

(2) Depósitos a Prazo e à Ordem com juros decorridos e Fundos de tesouraria

A exposição a títulos de dívida pública reduziu 15%, face a 2015, enquanto a exposição à dívida *Corporate* aumentou o seu peso (+15%) no total de ativos mobiliários. Este reinvestimento em aplicações *Corporate*, por contrapartida de dívida soberana, deve-se, essencialmente, ao cumprimento da estratégia de alocação de ativos definida na política de investimentos.

A liquidez, entre Depósitos à Ordem, Depósitos a Prazo e Fundos de Tesouraria, diminui cerca de 76%, face a 2015, devido ao investimento em imóveis (1.361 milhares de euros) e, também, ao consumo dos fluxos de caixa decorrentes de atividades operacionais.

2. Resultados dos Investimentos Financeiros

(U: milhares de euros)

	2016	2015	VAR 16/15%
Rendimentos de investimentos	711	1.120	-36,5%
Ganhos ou perdas de investimentos	536	3.260	-83,6%
MARGEM FINANCEIRA	1.246	4.379	-71,5%

Os resultados financeiros apresentam, em 2016, um decréscimo, face ao período homólogo, de 3,1 milhões de euros (-71,5%), devido, essencialmente, a uma menor realização de mais-valias.

Os rendimentos gerados apresentam um decréscimo de 36,5%, em resultado das condições não favoráveis do mercado.

Realce para o facto de não se ter registado qualquer imparidade durante os anos de 2015 e 2016 em ativos financeiros, demonstrando a elevada prudência na escolha das aplicações que compõem a carteira de investimentos da Caravela.

Relativamente à taxa de rentabilidade, a carteira total de ativos registou uma remuneração média positiva de 2,2%.

D) Custos de Exploração

1. Custos por Natureza a Imputar

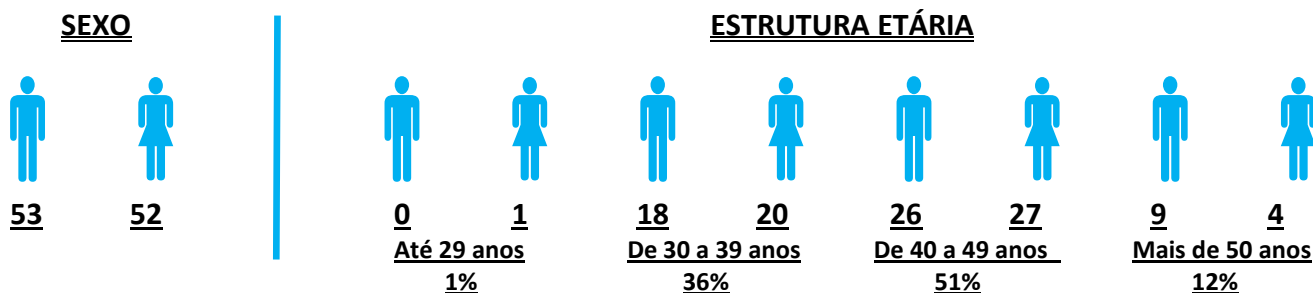
O total de custos por natureza a imputar, atingiu os 8.221 milhares de euros, o que representa uma redução de 4,7% face a 2015, devido essencialmente, a uma redução dos Fornecimentos e Serviços Externos e dos Custos com Pessoal, refletindo desta forma o empenho da Caravela na eficácia do controlo dos custos bem como na melhoria da eficiência e da produtividade.

(U: milhares de euros)

Custos por Natureza	2016	2015	VAR 16/15%
Custos com o Pessoal	4.886	4.927	-0,8%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.862	3.283	-12,8%
Impostos e Taxas	268	194	38,0%
Amortizações do Exercício	55	114	-51,6%
Provisões para Riscos e Encargos	0	0	-
Juros Suportados	1	8	-81,3%
Comissões	149	100	48,7%
Total	8.221	8.625	-4,7%

2. Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal passou de 104 para 105 efetivos. Destes 105, 53 são do sexo masculino e 52 do sexo feminino. Em 2016, o quadro efetivo registou o saldo fisiológico de uma unidade com a saída de 3 e a entrada de 4 colaboradores.



A média etária do quadro de pessoal é de 42,7 anos.

Salienta-se o aumento de 29,9% do rácio de prémios de seguro direto por colaborador do quadro efetivo devido, essencialmente, ao crescimento da produção.

	2016	2015	VAR 16/15%
<i>Efetivos no início do período</i>	104	117	-11,1%
<i>Entradas</i>	4	6	-33,3%
<i>Saídas</i>	3	19	-84,2%
Efetivos no final do período	105	104	1,0%

(U: milhares euros)

Prémios brutos emitidos / nº de empregados	352	271	29,9%
---	------------	------------	--------------

E) Governance

Em 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora que adotou um novo regime de Solvência, data esta definida na Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.

Como já foi frisado no início deste relatório, a entrada em vigor do regime de Solvência II elevou de modo muito significativo a exigência de resposta quer em matéria de *compliance* quer em matéria de *disclosure*, imposta às Companhias de Seguros. Adicionalmente mantém-se, face à Norma Regulamentar N.º 8/2016-R, de 16 de agosto, a exigência de prestação de informação de índole contabilística, estatística e comportamental, em conformidade com RJASR.

No domínio da solvência II, no decurso de 2016, foram desenvolvidas várias ações, das quais se destacam as seguintes:

- Participação nas sessões da Comissão de Acompanhamento “Gestão de Riscos e Solvência” da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do novo regime Solvência II;
- Envio à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) do conjunto de reportes quantitativos (QRT – *Quantitative Reporting Templates*) definidos pelo EIOPA e geridos pelas entidades de supervisão, referentes à posição de abertura com data de referência de 1 de janeiro de 2016 e numa base trimestral para os três primeiros trimestres de 2016;
- Reporte à ASF do Relatório Narrativo de Natureza Transitória, previsto no artigo 314.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, com estrutura e conteúdo identificado nesse regulamento;
- Reporte à ASF do Relatório sobre a evolução da situação de solvência estipulado pelo n.º 5 do artigo 20.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro;
- Início do Projeto de construção de *Datawarehouse* que permita responder aos requisitos de solvência II de Pilar I e III;

- Início do Projeto de implementação de ferramentas de solvência II de Pilar I e III;
- Reporte à ASF do Sistema de Governação da Caravela;
- Reporte à ASF do Relatório FLAOR 2015, referente ao triênio 2016-2018.

Em 1 de setembro de 2016, o Conselho de Administração da ASF deliberou aprovar a aplicação do ajustamento de volatilidade à estrutura temporal das taxas de juro sem risco, nos termos requeridos pela Companhia e aprovar igualmente a aplicação da dedução transitória às provisões técnicas para os grupos homogêneos de risco, também nos termos requeridos pela Companhia, ambas as autorizações concedidas no quadro legal.

Salienta-se que estas medidas serão objeto de reporte específico anualmente no relatório sobre a solvência e a situação financeira.

F) Solvência II

O ano de 2016 foi o primeiro exercício em que vigorou o regime de Solvência adotado pelo novo Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora.

A Companhia calculou os rácios de Solvência II (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR) para o dia 1 de Janeiro de 2016, para o dia 31 de Dezembro de 2016 e para o dia 1 de Janeiro de 2017, utilizando as medidas transitórias e de longo prazo autorizadas pela ASF.

O quadro abaixo apresenta os fundos próprios elegíveis e os requisitos de capital de Solvência II, em cada uma daquelas datas:

	01.01.2016	31.12.2016	01.01.2017
Fundos Próprios Elegíveis	9.351	10.418	10.345
Capital Social	13.566	13.566	13.566
Requisito de Capital de Solvência	9.541	10.094	10.094
Ajustamento por Impostos	-1.484	-1.333	-1.333
Risco Operacional	1.113	1.270	1.270
Requisito de Capital de Base	9.913	10.157	10.157
Efeito de diversificação	-3.382	-3.887	-3.887
Soma das componentes de risco	13.295	14.044	14.044
Risco de Mercado	1.990	2.293	2.293
Risco de incumprimento da contraparte	789	1.141	1.141
Risco de subscrição saúde	2.121	2.464	2.464
Risco de subscrição não vida	8.395	8.147	8.147
Rácio de Solvência	98,0%	103,2%	102,5%

O quadro seguinte apresenta os fundos próprios elegíveis e os requisitos de capital para cálculo do capital mínimo de solvência (MCR):

	01.01.2016	31.12.2016	01.01.2017
Fundos Próprios Elegíveis	8.294	9.560	9.467
Requisito de Capital Mínimo	4.294	4.542	4.542
Rácio de Capital Mínimo	193,2%	210,5%	208,4%

IV. Capital Social e Resultado

1. Evolução do Capital Social

O capital social da empresa não teve alteração em 2016, mantendo-se em 13.566 milhares de euros, sendo representado por 26.600.000 de ações com o valor nominal de 0,51 euros. Este capital é detido na sua totalidade pela AAA – SGPS, S.A.

2. Resultado do Exercício de 2016

O Resultado Líquido do Exercício cifrou-se em 302.488,70 euros, confirmando a evolução positiva já verificada em 2015 com um crescimento de 46,2%, em linha com o orçamento previamente elaborado.

O Conselho de Administração entende dever propor a seguinte aplicação do valor apurado:

- 30.249,00 euros (10 % do Resultado Líquido) conta de Reserva Legal;
- 272.239,70 euros, valor restante, conta de Resultados Transitados.

Com a aceitação da aplicação dos resultados nos termos propostos, o Capital Próprio da Companhia eleva-se a 9.064.436 euros.

V. Perspetivas de Evolução para 2017

Tal como estabelecido no ano passado, o grande desafio da Caravela é continuar o rumo pré-definido de obtenção de um forte crescimento orgânico, consistente e criterioso na ótica da rentabilidade e do desenvolvimento durável, procurando a sua afirmação através de tecnicidade para dominar o risco, especialização para dominar a técnica e serviço e ética para merecer confiança.

Na prossecução desses desideratos os principais conceitos estratégicos são:

- Aprofundamento e alargamento judicioso da malha de distribuição;
- Reforço da qualidade de resposta da Companhia em termos técnicos, comerciais e de serviço;
- Controlo de custos de funcionamento;
- Adesão e adoção prática dos novos avanços tecnológicos com ênfase no digital;
- Criteriosa política de investimentos;
- Desenvolvimento de cultura de empresa.

O Conselho de Administração no final do seu mandato entende dever agradecer a todos os trabalhadores a determinação vertida no desempenho competente e voluntarista das suas atribuições funcionais, sendo que o objetivo absorvente de afirmação da Caravela é responsabilidade de todos e a todos beneficia.

VI. Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento a todos os Clientes, Mediadores e Resseguradores, bem como a todos os Colaboradores, pela sua participação ativa e construtiva na vida da Sociedade.

Regista igualmente, com apreço, a ação e acompanhamento do Conselho Fiscal no desenvolvimento das ações sociais.

O Conselho de Administração agradece à Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões todo o apoio recebido, bem como à Associação Portuguesa de Seguradores pelo trabalho desenvolvido em prol do mercado segurador português.

Finalmente, ao concluir este relatório, o Conselho de Administração expressa aos Senhores Acionistas o seu reconhecimento pelo apoio e confiança demonstrados na equipa de gestão da Companhia durante o mandato agora concluído.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2017

O Conselho de Administração,

Diamantino Marques
Presidente do Conselho de Administração

António Nestor Ribeiro
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Paulo Trigo
Administrador Delegado

José Lamego
Vogal do Conselho de Administração

Gonçalo Ramos e Costa
Vogal do Conselho de Administração

Relatório e Contas 2016



CARAVELA
COMPANHIA DE SEGUROS

Protegemos o Seu Futuro

**Política de Remunerações dos
Membros dos Órgãos de
Administração e Fiscalização**

Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

A política de remunerações da Companhia cumpre o disposto na Norma Regulamentar nº 5/2010-R, de 1 de Abril (Divulgação de informação relativa à política de remuneração das empresas de seguros e sociedades gestoras de fundos de pensões) e, da mesma data, a Circular nº 6/2010 (Política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões).

Essa política de compensação remuneratória tem como base um prudente e adequado controlo, de forma a evitar situações de conflito de interesses, sendo coerente com a política de crescimento e rentabilidade definida pelos acionistas da sociedade.

1. Aprovação da política de remuneração

A política de remuneração dos Órgãos Sociais da Caravela é definida pela Comissão de Remunerações e Previdência.

2. Divulgação

A política de remuneração é divulgada nas várias áreas em que a lei e o normativo em vigor o obriga.

3. Composição da Comissão de Remunerações e Previdência

A Comissão acima mencionada é composta por 2 membros eleitos em Assembleia Geral:

- António Manuel Nestor Ribeiro - Presidente
- Nuno Miguel Marques dos Santos Horta – Vogal

4. Política de Remunerações

Os membros dos órgãos de administração poderão beneficiar, para além da remuneração fixa, de remuneração variável atribuída em função dos resultados líquidos da Companhia.

5. Consultores Externos

Na definição da política de remuneração dos membros dos órgãos sociais da Caravela não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

6. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente com base nos artigos 59º e 60º do DL nº 487/99, de 16 de Novembro, alterados pelo D.L. nº 224/2008 de 20 de Novembro.

Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal.

7. Composição dos Órgãos Sociais da Caravela e respetivas remunerações, em 2016

	<u>Remuneração</u>		
	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	<u>Total</u>
<u>Conselho de Administração</u>			
Diamantino Pereira Marques.....	120.833,25 €	5.172,30 €	126.005,55 €
António Manuel Nestor Ribeiro.....	-	-	-
José Paulo de Castro Trigo.....	127.468,50 €	5.172,30 €	132.640,80 €
Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa.....	78.626,39 €	-	78.626,39 €
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego.....	12.000,00 €	-	12.000,00 €
<u>Conselho Fiscal</u>			
Manuel Augusto Lopes de Lemos.....	6.000,00 €	-	6.000,00 €
Humberto Manuel Martins Carneiro.....	-	-	-
Armando Luis Vieira de Magalhães.....	3.000,00 €	-	3.000,00 €
<u>Mesa da Assembleia Geral</u>			
António João da Cunha Correia de Oliveira.....	1.000,00 €	-	1.000,00 €
Nuno Miguel Santos Horta.....	750,00 €	-	750,00 €

8. Política de Remuneração dos Colaboradores

a) A política de remuneração dos Colaboradores da Caravela devem ser propostas pelo Departamento de Recursos Humanos, para posterior aprovação do Conselho de Administração, e avaliadas pelos órgãos de controlo da Companhia;

b) A política de remuneração é divulgada em todos os aspetos legais obrigatórios;

c) Os colaboradores que exercem a sua atividade profissional no âmbito de funções-chave, poderão beneficiar para além da remuneração fixa, de remuneração variável, que assentará nos seguintes pressupostos:

- No equilíbrio entre as duas remunerações, de forma a um planeamento fácil e claro da parte variável;
- No facto de a remuneração variável resultar de um Sistema de Objetivos e Incentivos (SOI) que integra objetivos individuais e de equipa;
- Essa remuneração variável poderá ser liquidada trimestralmente.

9. Outros benefícios atribuídos aos trabalhadores

Além do mencionado anteriormente, os colaboradores da Caravela, auferem os seguintes benefícios:

- Seguro de Acidentes de Trabalho de acordo com o CT;
- Seguro de Saúde, nos termos definidos pelo ACT;
- Seguro de Vida, de acordo com o previsto no ACT;
- Constituição de Planos Individuais de Reforma (PIR) de acordo com o ACT.

Relatório e Contas 2016



CARAVELA
COMPANHIA DE SEGUROS

Protegemos o Seu Futuro

Demonstrações Financeiras
Demonstração da Posição Financeira

		Valores em euros			
Notas do Anexo	Demonstração da Posição Financeira em 31.12.2016	Exercício		Exercício anterior	
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos		Valor Líquido
ATIVO					
8	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	830.916,88		830.916,88	791.011,09
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00		0,00	0,00
	Ativos financeiros detidos para negociação	0,00		0,00	0,00
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00		0,00	0,00
	Derivados de cobertura	0,00		0,00	0,00
6	Ativos disponíveis para venda	45.602.556,47	792.377,47	44.810.179,00	45.932.713,29
3.2.2.	Empréstimos e contas a receber	642.429,91	0,00	642.429,91	2.653.813,42
	Depósitos junto de empresas cedentes	0,00		0,00	0,00
3.2.2.	Outros depósitos	642.429,91		642.429,91	2.653.813,42
	Empréstimos concedidos	0,00		0,00	0,00
	Contas a receber	0,00		0,00	0,00
	Outros	0,00		0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade	0,00		0,00	0,00
9	Terrenos e edifícios	1.361.174,82	0,00	1.361.174,82	0,00
9	Terrenos e edifícios de uso próprio	0,00		0,00	0,00
9	Terrenos e edifícios de rendimento	1.361.174,82		1.361.174,82	0,00
10	Outros activos tangíveis	863.426,39	789.148,60	74.277,79	56.886,00
	Inventários	17.986,51		17.986,51	8.359,15
	<i>Goodwill</i>	0,00		0,00	0,00
12	Outros ativos intangíveis	1.220.882,42	1.119.713,66	101.168,76	24.809,08
	Provisões técnicas de resseguro cedido	7.167.069,17	0,00	7.167.069,17	5.881.983,12
4.1.2. - 4.1.3.	Provisão para prémios não adquiridos	1.615.198,70		1.615.198,70	1.522.527,02
	Provisão matemática do ramo vida	0,00		0,00	0,00
4.1.1. - 4.1.3.	Provisão para sinistros	5.551.870,47		5.551.870,47	4.359.456,10
	Provisão para participação nos resultados	0,00		0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa	0,00		0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira	0,00		0,00	0,00
	Outras provisões técnicas	0,00		0,00	0,00
	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	0,00		0,00	0,00
3.9.1. - 13	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	4.690.806,40	396.558,90	4.294.247,50	4.068.681,18
3.9.1. - 13	Contas a receber por operações de seguro directo	4.246.803,76	286.557,59	3.960.246,17	3.424.563,19
3.9.1. - 13	Contas a receber por outras operações de resseguro	232.843,50	40.083,84	192.759,66	587.446,70
3.9.1. - 13	Contas a receber por outras operações	211.159,14	69.917,47	141.241,67	56.671,29
24	Ativos por impostos	1.615.774,82	0,00	1.615.774,82	1.528.794,34
24	Ativos por impostos correntes	359.884,85		359.884,85	272.904,37
24	Ativos por impostos diferidos	1.255.889,97		1.255.889,97	1.255.889,97
3.9.3.	Acréscimos e diferimentos	142.637,72		142.637,72	125.180,41
	Outros elementos do activo	0,00		0,00	0,00
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0,00		0,00	0,00
	TOTAL ATIVO	64.155.661,51	3.097.798,63	61.057.862,88	61.072.231,08

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

 Diamantino Marques
 António Nestor Ribeiro
 Paulo Trigo
 Gonçalo Ramos e Costa
 José Lamego

Valores em euros

Notas do Anexo	Demonstração da Posição Financeira em 31.12.2016	Exercício	Exercício anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
4.1.3.	Provisões técnicas	44.186.546,52	44.758.289,59
4.1.2. - 4.1.3.	Provisão para prémios não adquiridos	8.651.729,94	7.126.360,10
	Provisão matemática do ramo vida	0,00	0,00
4.1.3.	Provisão para sinistros	32.809.321,67	33.693.274,22
	De vida	0,00	0,00
4.1.3.	De acidentes de trabalho	12.055.530,16	9.577.561,42
4.1.3.	De outros ramos	20.753.791,51	24.115.712,80
	Provisão para participação nos resultados	0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa	0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira	0,00	0,00
4.1.3.	Provisão para desvios de sinistralidade	157.038,76	137.493,06
4.1.3.	Provisão para riscos em curso	2.568.456,15	3.801.162,21
	Outras provisões técnicas	0,00	0,00
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0,00	0,00
3.2.3.	Outros passivos financeiros	705.136,75	717.308,00
	Derivados de cobertura	0,00	0,00
3.2.3. - 20	Passivos subordinados	0,00	0,00
3.2.3.	Depósitos recebidos de resseguradores	705.136,75	717.308,00
	Outros	0,00	0,00
23	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	97.761,22	88.989,68
3.9.2.	Outros credores por operações de seguros e outras operações	4.169.878,77	4.210.899,82
3.9.2.	Contas a pagar por operações de seguro directo	1.929.185,04	1.533.805,04
3.9.2.	Contas a pagar por outras operações de resseguro	2.067.728,10	2.499.217,84
3.9.2.	Contas a pagar por outras operações	172.965,63	177.876,94
24	Passivos por impostos	1.371.066,38	1.173.277,57
24	Passivos por impostos correntes	1.332.764,99	1.090.128,25
24	Passivos por impostos diferidos	38.301,39	83.149,32
3.9.3.	Acréscimos e diferimentos	1.463.037,43	1.207.043,13
	Outras Provisões	0,00	0,00
	Outros elementos do passivo	0,00	0,00
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	0,00	0,00
	TOTAL PASSIVO	51.993.427,07	52.155.807,79
	CAPITAL PRÓPRIO		
25	Capital	13.566.000,00	13.566.000,00
	(Acções Próprias)	0,00	0,00
	Outros instrumentos de capital	0,00	0,00
26	Reservas de reavaliação	170.228,41	369.552,52
26	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	170.228,41	369.552,52
26	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	0,00	0,00
	Por revalorização de activos intangíveis	0,00	0,00
	Por revalorização de outros activos tangíveis	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	0,00	0,00
	De diferenças de câmbio	0,00	0,00
26	Reserva por impostos diferidos	-38.301,39	-83.149,32
25	Outras reservas	2.488.215,05	2.467.525,05
25	Resultados transitados	-7.424.194,96	-7.610.398,08
	Resultado do exercício	302.488,70	206.893,12
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	9.064.435,81	8.916.423,29
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	61.057.862,88	61.072.231,08

Contabilista Certificado
 Eduardo Cunha

Conselho de Administração
 Diamantino Marques
 António Nestor Ribeiro
 Paulo Trigo
 Gonçalo Ramos e Costa
 José Lamego

Relatório e Contas 2016



CARAVELA
COMPANHIA DE SEGUROS

Protegemos o Seu Futuro

Demonstrações Financeiras
Contas de Ganhos e Perdas

Valores em euros

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas em 31.12.2016	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro		24.173.678,88		24.173.678,88	19.337.223,96
14	Prémios brutos emitidos		36.939.371,84		36.939.371,84	28.211.495,30
14	Prémios de resseguro cedido		10.952.528,54		10.952.528,54	7.782.818,71
14	Provisão para prémios não adquiridos (variação)		1.905.836,10		1.905.836,10	1.497.941,25
14	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		92.671,68		92.671,68	406.488,62
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		0,00		0,00	0,00
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro		17.159.107,42		17.159.107,42	15.635.255,72
4.1.1.	Montantes pagos		19.155.174,15		19.155.174,15	19.313.133,82
4.1.1.	Montantes brutos		23.442.632,69		23.442.632,69	22.538.966,10
4.1.1.	Parte dos resseguradores		4.287.458,54		4.287.458,54	3.225.832,28
4.1.1.	Provisão para sinistros (variação)		-1.996.066,73		-1.996.066,73	-3.677.878,10
4.1.1.	Montante bruto		-838.985,97		-838.985,97	-3.921.975,61
4.1.1.	Parte dos resseguradores		1.157.080,76		1.157.080,76	-244.097,51
4.1.3.	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro		-1.213.160,36		-1.213.160,36	-1.018.288,73
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro				0,00	0,00
	Montante bruto				0,00	0,00
	Parte dos resseguradores				0,00	0,00
	Participação nos resultados, líquida de resseguro		0,00		0,00	0,00
21	Custos e gastos de exploração líquidos		8.983.194,59		8.983.194,59	8.295.643,52
21	Custos de aquisição		9.042.434,95		9.042.434,95	7.994.753,80
21	Custos de aquisição diferidos (variação)		-380.466,26		-380.466,26	-298.748,96
21	Gastos administrativos		2.135.980,80		2.135.980,80	2.041.021,12
	Comissões e participação nos resultados de resseguro		1.814.754,90		1.814.754,90	1.441.382,44
16	Rendimentos		710.673,37	0,00	710.673,37	1.120.128,62
16	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		676.423,37	0,00	676.423,37	1.120.128,62
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	De outros		34.250,00	0,00	34.250,00	0,00
3.9.6.	Gastos financeiros		179.655,78	0,00	179.655,78	128.140,46
3.9.6.	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		179.655,78	0,00	179.655,78	128.140,46
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	De outros		0,00	0,00	0,00	0,00

Contabilista Certificado
Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Diamantino Marques
António Nestor Ribeiro
Paulo Trigo
Gonçalo Ramos e Costa
José Lamego

Valores em euros

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas em 31.12.2016	Exercício			Exercício anterior	
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica		Total
17	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		535.803,73	0,00	535.803,73	3.259.779,61
17	De activos disponíveis para venda		535.803,73	0,00	535.803,73	3.259.779,61
	De empréstimos e contas a receber		0,00	0,00	0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade		0,00	0,00	0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		0,00	0,00	0,00	0,00
	De outros		0,00	0,00	0,00	0,00
17	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00
17	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		0,00	0,00	0,00	0,00
18	Perdas de imparidade (líquidas reversão)		0,00	0,00	0,00	0,00
18	De activos disponíveis para venda		0,00	0,00	0,00	0,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados ao custo amortizado		0,00	0,00	0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade		0,00	0,00	0,00	0,00
	De outros		0,00	0,00	0,00	0,00
3.9.5.	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		0,00	0,00	0,00	0,00
3.9.4.	Outros rendimentos/gastos		0,00	118.350,57	118.350,57	108.353,55
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos e perdas de activos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		0,00	0,00	0,00	0,00
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		311.358,55	118.350,57	429.709,12	784.734,77
24	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes		0,00	127.220,42	127.220,42	107.834,61
24	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	470.007,04
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		311.358,55	-8.869,85	302.488,70	206.893,12

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Diamantino Marques
António Nestor Ribeiro
Paulo Trigo
Gonçalo Ramos e Costa
José Lamego

Relatório e Contas 2016



CARAVELA
COMPANHIA DE SEGUROS

Protegemos o Seu Futuro



Demonstrações Financeiras
Demonstração de Variações do
Capital Próprio

Demonstração de Variações do Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015

										2016
										Valores em euros
Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reserva de reavaliação por ajustam. justo valor activos financeiros disponíveis para venda	Reserva de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
	Demonstração da posição financeira a 31-12-2015	13.566.000,00	369.552,52	0,00	-83.149,32	1.096.889,65	1.370.635,40	-7.610.398,08	206.893,12	8.916.423,29
	Correcções de erros (IAS 8)									0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)									0,00
25	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	13.566.000,00	369.552,52	0,00	-83.149,32	1.096.889,65	1.370.635,40	-7.610.398,08	206.893,12	8.916.423,29
	Aumentos/reduções de capital									0,00
26	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		-199.324,11							-199.324,11
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio									0,00
26	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				44.847,93					44.847,93
26	Aumentos de reservas por aplicação de resultados					20.690,00			-20.690,00	0,00
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio									0,00
25	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							186.203,12	-186.203,12	0,00
	Total das variações do capital próprio	0,00	-199.324,11	0,00	44.847,93	20.690,00	0,00	186.203,12	-206.893,12	-154.476,18
25	Resultado líquido do período								302.488,70	302.488,70
	Distribuição antecipada de lucros									0,00
	Demonstração da posição financeira a 31-12-2016	13.566.000,00	170.228,41	0,00	-38.301,39	1.117.579,65	1.370.635,40	-7.424.194,96	302.488,70	9.064.435,81

										2015
										Valores em euros
Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reserva de reavaliação por ajustam. justo valor activos financeiros disponíveis para venda	Reserva de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
	Demonstração da posição financeira a 31-12-2014	13.566.000,00	4.032.107,63	0,00	-987.866,37	1.096.889,65	1.370.635,40	-3.265.912,34	-4.344.485,74	11.467.368,23
	Correcções de erros (IAS 8)									0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)									0,00
25	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	13.566.000,00	4.032.107,63	0,00	-987.866,37	1.096.889,65	1.370.635,40	-3.265.912,34	-4.344.485,74	11.467.368,23
	Aumentos/reduções de capital									0,00
26	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		-3.662.555,11							-3.662.555,11
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio									0,00
26	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				904.717,05					904.717,05
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados									0,00
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio									0,00
25	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							-4.344.485,74	4.344.485,74	0,00
	Total das variações do capital próprio	0,00	-3.662.555,11	0,00	904.717,05	0,00	0,00	-4.344.485,74	4.344.485,74	-2.757.838,06
25	Resultado líquido do período								206.893,12	206.893,12
	Distribuição antecipada de lucros									0,00
	Demonstração da posição financeira a 31-12-2015	13.566.000,00	369.552,52	0,00	-83.149,32	1.096.889,65	1.370.635,40	-7.610.398,08	206.893,12	8.916.423,29

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

 Diamantino Marques
 António Nestor Ribeiro
 Paulo Trigo
 Gonçalo Ramos e Costa
 José Lamego

Relatório e Contas 2016



CARAVELA
COMPANHIA DE SEGUROS

Protegemos o Seu Futuro

Demonstrações Financeiras
Demonstração do Rendimento
Integral



Demonstração do Rendimento Integral em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015

Valores em euros

<i>Notas do Anexo</i>		<i>Técnica Não-Vida</i>	<i>Técnica Não-Vida</i>
		Exercício	Exercício anterior
	Resultado líquido do exercício	302.488,70	206.893,12
	Outro rendimento integral do exercício	-154.476,18	-2.757.838,06
	Ativos financeiros disponíveis para venda	-199.324,11	-3.662.555,11
26	Ganhos e perdas líquidos	-199.324,11	-3.662.555,11
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	0,00	0,00
	Imparidade	0,00	0,00
	Alienação	0,00	0,00
26	Impostos	44.847,93	904.717,05
	Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	0,00	0,00
23	Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
26	Outros movimentos	0,00	0,00
	Total do rendimento integral líquido de impostos	148.012,52	-2.550.944,94

Contabilista Certificado
Eduardo Cunha

Conselho de Administração
Diamantino Marques
António Nestor Ribeiro
Paulo Trigo
Gonçalo Ramos e Costa
José Lamego

Relatório e Contas 2016



CARAVELA
COMPANHIA DE SEGUROS

Protegemos o Seu Futuro

Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015

Valores em euros

	2016		2015	
Actividades Operacionais:				
Recebimento de clientes	37.462.659		28.467.387	
Pagamentos a fornecedores	-2.676.231		-3.800.975	
Pagamentos ao pessoal	-4.753.859		-4.660.786	
Contribuições para o fundo de pensões	-36.254		-32.358	
Fluxo gerado pelas operações	<u>29.996.315</u>		<u>19.973.268</u>	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-163.377		-159.890	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional:				
Pagamentos de sinistros	-19.670.624		-19.254.993	
Recebimentos/pagamentos de resseguro	-5.477.737		-1.783.780	
Recebimentos/pagamentos de co-seguro	396.944		508.685	
Recebimentos/pagamentos de outros impostos e taxas	-4.936.544		-3.811.306	
Outros recebimentos/pagamentos	-2.692.826		-1.748.672	
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	<u>-2.547.849</u>		<u>-6.276.688</u>	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	0		0	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-25.604		-57.262	
Fluxo das actividades operacionais (1)		<u>-2.573.453</u>		<u>-6.333.950</u>
Actividades de Investimento:				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	26.285.394		84.519.674	
Ativos Tangíveis	0		557.000	
Ativos Intangíveis	0		0	
Subsídios de investimento	0		0	
Juros e proveitos similares	1.263.052		1.191.671	
Dividendos	15.804		22.762	
Outros recebimentos relativos à actividade de investimento	0	27.564.250	0	86.291.107
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	25.392.363		80.917.321	
Ativos Tangíveis	1.417.640		76.855	
Ativos Intangíveis	90.089		24.090	
Outros pagamentos relativos à actividade de investimento	57.387	26.957.479	49.890	81.068.156
Fluxo das actividades de investimento (2)		<u>606.771</u>		<u>5.222.951</u>
Actividades de Financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	0		0	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	0		0	
Subsídios e doações	0		0	
Venda de acções próprias	0		0	
Cobertura de prejuízos	0		0	
Outros recebimentos relativos à actividade de financiamento	0	0	0	0
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	0		628.000	
Amortização de contratos de locação financeira	0		0	
Juros e custos similares	0		3.737	
Dividendos	0		0	
Redução de capital e prestações suplementares	0		0	
Aquisição de acções próprias	0		0	
Outros pagamentos relativos à actividade de financiamento	0	0	4.868	636.605
Fluxo das actividades de financiamento (3)		<u>0</u>		<u>-636.605</u>
Variações de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		<u>-1.966.682</u>		<u>-1.747.604</u>
Efeito das diferenças de câmbio		<u>0</u>		<u>0</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>3.439.877</u>		<u>5.187.481</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>1.473.195</u>		<u>3.439.877</u>

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Diamantino Marques
António Nestor Ribeiro
Paulo Trigo
Gonçalo Ramos e Costa
José Lamego

Relatório e Contas 2016



CARAVELA
COMPANHIA DE SEGUROS

Protegemos o Seu Futuro

Demonstrações Financeiras
Anexo às Demonstrações Financeiras
em 31 de Dezembro de 2016



1. Informações Gerais

A CARAVELA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A., adiante designada por CARAVELA ou Companhia, é uma sociedade anónima registada com o NIPC 503640549, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, que resultou da alteração da denominação social da Macif Portugal - Companhia de Seguros, S.A. em 8 de Janeiro de 2015, conforme registo efetuado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa.

A Companhia foi constituída em 1996 sob a denominação social de Euresap – Euresa Portugal Companhia de Seguros S.A., que foi alterada no ano de 2001 para Companhia de Seguros Sagres, S.A., e no ano de 2010 para Macif Portugal – Companhia de Seguros, S.A., tendo sido adquirida na sua totalidade em 12 de Novembro de 2014 pela Sociedade AAA SGPS, S.A.

Com sede em Lisboa, na Avenida Casal Ribeiro, nº 14, desde Janeiro de 2015, a CARAVELA dispõe de escritórios no Porto, Braga, Leiria, Setúbal, Faro e Portimão.

A Companhia exerce a atividade de seguros e resseguros dos ramos Não Vida, mediante a autorização nº 1133 concedida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Os prémios do seguro direto registaram um aumento de 30,9% face ao ano anterior, sendo que o ramo Automóvel continua a ser o que tem maior peso, representando 49% do volume total de prémios contra 54% em 2015 (expurgados os prémios de Assistência em Viagem), seguido do ramo de Acidentes de Trabalho com 26% (20% em 2015).

As Notas do presente Anexo às Demonstrações Financeiras respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES) sendo que as não mencionadas se referem a matérias que não têm aplicação, por não existirem valores ou situações a reportar, ou por serem irrelevantes.

Todos os valores do presente Anexo são mencionados em euros, com arredondamento à unidade, salvo indicação expressa em contrário.

As Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de Dezembro de 2016 foram analisadas pelo Conselho de Administração em reunião de 26 de Janeiro de 2017.

2. Informação por Segmentos

A totalidade do negócio da Companhia é proveniente de contratos de seguro dos ramos Não Vida celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um Segmento Geográfico, sendo que o relato por linhas de negócios em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é o que podemos verificar na página seguinte:

2016
 Un: EUR

Rúbrica	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo e Transportes	Mercadorias Transportadas	R.Civil Geral	Diversos	TOTAL
Prémios brutos emitidos	10.615.209	5.038.331	18.115.154	274.074	164.830	731.677	2.000.095	36.939.372
Prémios resseguro cedido	4.550.690	3.755.332	750.907	245.328	91.244	27.518	1.531.509	10.952.529
Prémios brutos adquiridos	10.519.209	4.683.560	16.824.326	267.562	164.061	671.037	1.903.781	35.033.536
Prémios brutos adquiridos de resseguro	4.564.997	3.592.671	750.907	242.430	89.753	27.518	1.591.581	10.859.857
Resultado dos Investimentos	539.255	58.034	420.717	432	552	28.751	19.080	1.066.821
Custos com sinistros brutos	7.838.041	2.444.538	11.238.078	19.853	26.934	-87.859	1.124.061	22.603.647
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros	3.000.988	1.675.145	-193.615	5.160	20.283	-187.286	1.123.863	5.444.539
Variação de outras provisões técnicas	-276.747	98.815	-892.504	0	0	-55.720	-87.004	-1.213.160
Custos e gastos de exploração brutos	2.020.910	1.737.636	6.152.482	49.841	46.897	272.445	517.739	10.797.949
Comissões e participação nos resultados de resseguro	514.519	1.201.096	0	59.976	39.163	0	0	1.814.755
Outros rendimentos/gastos técnicos	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado técnico	426.769	-255.825	-197.534	21.006	60.476	356.118	-99.651	311.359
Outros rendimentos/gastos não técnicos								118.351
Resultado não técnico								118.351
Resultado antes de impostos								429.709
Investimentos totais afectos à representação das provisões técnicas de seguro directo	14.248.103	4.167.228	28.770.445	32.640	42.795	1.921.161	1.409.739	50.592.111
Provisões técnicas de seguro directo	13.052.722	3.817.607	26.356.674	29.901	39.204	1.759.980	1.291.465	46.347.554

 2015
 Un: EUR

Rúbrica	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo e Transportes	Mercadorias Transportadas	R.Civil Geral	Diversos	TOTAL
Prémios brutos emitidos	6.375.505	3.942.372	15.231.237	191.580	92.972	536.055	1.841.773	28.211.495
Prémios resseguro cedido	2.231.778	2.838.527	776.584	168.449	64.162	15.841	1.687.478	7.782.819
Prémios brutos adquiridos	6.206.351	3.397.305	14.633.967	181.971	67.508	408.914	1.817.538	26.713.554
Prémios brutos adquiridos de resseguro	2.211.064	2.507.381	776.584	163.352	53.099	15.841	1.649.010	7.376.330
Resultado dos Investimentos	875.345	294.778	2.766.339	3.400	2.572	213.280	96.053	4.251.768
Custos com sinistros brutos	4.676.947	1.437.248	11.112.633	26.042	-1.922	278.452	1.087.590	18.616.990
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros	1.234.222	776.944	-342.223	31.848	-4.074	197.555	1.087.463	2.981.735
Variação de outras provisões técnicas	-640.051	-189.751	-283.770	-12.145	-350	-58.612	166.391	-1.018.289
Custos e gastos de exploração brutos	1.516.590	1.405.708	5.937.957	45.201	27.660	205.411	598.499	9.737.026
Comissões e participação nos resultados de resseguro	243.953	1.137.806	0	39.600	20.024	0	0	1.441.382
Outros rendimentos/gastos técnicos	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado técnico	795.322	446.247	-485.321	34.369	7.544	378.657	-500.436	676.381
Outros rendimentos/gastos não técnicos								108.354
Resultado não técnico								108.354
Resultado antes de impostos								784.735
Investimentos totais afectos à representação das provisões técnicas de seguro directo	12.420.075	3.423.913	32.137.267	41.314	30.986	2.478.851	1.110.319	51.642.724
Provisões técnicas de seguro directo	11.192.589	3.085.524	28.961.114	37.231	27.923	2.233.864	1.000.585	46.538.831

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras da Caravela em 31 de Dezembro de 2016 foram preparadas de acordo com o que estabelece o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma Regulamentar nº. 10/2016-R de 15 de Setembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Os valores das contas de Balanço e da Conta de Ganhos e Perdas dos exercícios de 2016 e 2015 são comparáveis entre si encontrando-se as Demonstrações Financeiras preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), com exceção da IFRS - Contratos de Seguro, em que apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos de seguro.

Os custos e os proveitos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, que se encontram registados ao valor de mercado.

Sendo os prémios de seguro direto reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros registados aquando da participação, são realizadas determinadas especializações de acordo com as políticas contabilísticas a seguir especificadas, e que foram aplicadas de forma consistente para os períodos indicados.

3.1. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Em termos da Demonstração dos Fluxos de Caixa os valores registados no Balanço, e que incluem os valores em caixa e as disponibilidades à ordem em bancos, são facilmente convertíveis em numerário.

3.2. Instrumentos Financeiros

3.2.1. Ativos financeiros disponíveis para venda

A CARAVELA classifica os seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial e de acordo com a intenção que lhes está subjacente, nomeadamente em “Activos Financeiros Disponíveis para Venda”, que são ativos que a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado e não classificados como investimentos a deter até à maturidade.

São ativos inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, incluindo os custos de transação, sendo que as variações subsequentes do justo valor são reconhecidas na Reserva de Reavaliação em capital próprio.

O justo valor corresponde ao valor pelo qual estes activos podem ser transacionados em condições normais de mercados ativos.

No momento da alienação ou do reconhecimento de imparidade, as variações constatadas face ao justo valor são registadas em custos ou proveitos do exercício, por contrapartida de capitais próprios.

A Companhia adota o critério de reconhecimento de imparidades sempre que se registre uma desvalorização continuada de mais de 180 dias ou uma desvalorização de valor significativo, quando superior a 30% da respetiva cotação, no caso dos instrumentos de capital.

Nos instrumentos de dívida é reconhecida imparidade quando existe uma significativa dificuldade financeira do emitente, tornando-se provável um processo de falência ou uma quebra de contrato por incumprimento nos pagamentos de juro ou de capital.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que as mais-valias potenciais que ocorram após o reconhecimento de perdas por imparidades são registadas em Reserva de Reavaliação e quando posteriormente sejam apuradas menos-valias potenciais considera-se que existe imparidade, sendo consideradas em resultados do exercício.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em resultados do exercício e são especializados de acordo com o tempo decorrido até à data do fim do exercício, sendo calculados pelo método da taxa efetiva e registados em Rendimentos, onde igualmente são reconhecidos os dividendos de instrumentos de capital no momento em que é conhecido o direito da Companhia ao recebimento.

3.2.2. Empréstimos e Contas a Receber

Compreende ativos financeiros não cotados num mercado activo, que incluem os depósitos a prazo em instituições de crédito, afetos a contratos de seguro, reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, que corresponde ao seu valor nominal.

O saldo da rubrica Outros Depósitos em 31 de Dezembro de 2016, por prazo de vencimento, é o seguinte:

Un: EUR

Outros depósitos	Início	Vencimento	Prazo (dias)	Valor *
Depósitos a Prazo:				
Banco Popular	20.10.2016	24.04.2017	186	500.152
				500.152
Outros Depósitos Afectos às Carteiras de Investimentos:				
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria				1.416
Banco Português Gestão				46.211
Caceis Investor Services				94.650
				142.278
				642.430

* - Inclui juros decorridos

3.2.3. Passivos Financeiros

São constituídos por depósitos recebidos de resseguradores, com a seguinte decomposição em 2016 e 2015:

Un: EUR

	2016	2015
Depósitos recebidos de Resseguradores		
Prémios	0	0
Sinistros	705.137	717.308
	705.137	717.308
Total de balanço	705.137	717.308

3.3. Terrenos e Edifícios

3.3.1. De uso próprio

A Caravela não possui património imobiliário que possa ser classificado nesta rubrica.

3.3.2. De rendimento

A Companhia procedeu à aquisição de dois imóveis no dia 15 de Julho de 2016, constituídos por:

- Uma fração autónoma designada pelas letras “CC” – rés-do-chão – loja 1, do prédio urbano situado na Rua José Galhardo, nºs 1, 3A, 3B e Rua Agostinho Neto, nº 7, freguesia do Lumiar, concelho de Lisboa, em regime de propriedade horizontal, pelo preço de 120.000 euros;
- As frações autónomas designadas pelas letras “V”, “X”, “Z”, “AA”, “AB”, “AC” e “AD”, que fazem parte do prédio urbano situado na Praça Conde de Agrolongo, nºs 161 a 183, freguesia de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), concelho de Braga, pelo preço global de 1.140.000 euros.

3.4. Outros Ativos Tangíveis e Intangíveis

No momento do reconhecimento inicial destes ativos a CARAVELA capitaliza o valor de aquisição e os encargos suportados e que sejam necessários para que os bens entrem em funcionamento, de acordo com a IAS 16.

A vida útil dos bens tangíveis varia em função do tempo estimado de obtenção de benefícios económicos futuros, sendo os bens gradualmente amortizados durante esses períodos.

Os custos incorridos com a aquisição dos bens intangíveis (software), bem como as despesas com a sua implementação, são igualmente capitalizados, e são amortizados linearmente, durante o período de vida útil estimado de três anos, e pelo período de seis anos para as aquisições ocorridas a partir do exercício de 2015.

Os custos com a manutenção do *software*, quando incorridos, são reconhecidos diretamente em Resultados como custo do exercício.

Todos estes bens são revertidos no momento da alienação, ou no momento em que deixem de produzir benefícios económicos, sendo o ganho ou perda apurados reconhecidos diretamente em Resultados.

A Companhia procedeu à verificação da possível perda por imparidade deste tipo de bens, de acordo com o que estipula a IAS 36 e a IAS 38, tendo concluído que este grupo de activos está devidamente valorizado à data do encerramento do exercício, continuando a proporcionar os benefícios económicos deles esperados.

A Caravela procedeu ao abate de alguns activos fixos tangíveis no exercício, no montante global de 72.573 euros, por se encontrarem em estado obsoleto, e de 23.073 euros de bens intangíveis.

3.5. Imposto sobre Lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de IRC à taxa de 21% acrescida de 1,5% de derrama, imposto corrente calculado com base no lucro tributável do exercício e após dedução de prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores e suscetíveis dessa dedução.

Dado que o lucro tributável normalmente difere do resultado contabilístico, são calculados impostos diferidos com impacto no imposto a pagar ou a recuperar nos anos seguintes e que correspondem a diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, entre os valores de balanço e a respetiva base fiscal, e que normalmente são calculados à taxa em vigor à data do balanço.

O imposto diferido na Companhia corresponde a valias potenciais e imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda, bem como a imposto diferido ativo por prejuízos fiscais, na medida em que a Administração estimou no exercício de 2014 e confirmou neste exercício, que se prevê virem a existir lucros tributáveis nos exercícios seguintes, suficientes para absorverem essas diferenças temporárias dedutíveis.

3.6. Benefícios dos Empregados

Plano de Benefício Definido

A CARAVELA mantém o compromisso, desde o ano de 2003, de conceder a quatro colaboradores que estavam na atividade em 22 de Junho de 1995, prestações pecuniárias para complementos de reformas atribuídas pela Segurança Social, através da Adesão Coletiva nº 70 ao “Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia” a partir de Janeiro de 2015, de duração indeterminada.

Este Plano de Pensões, denominado “Plano de Pensões Caravela – Plano BD”, que está a cargo da Caravela, é aplicável aos colaboradores que não tenham aderido ao ACT que vigora desde Janeiro de 2012, bem como aos reformados que se encontrem a receber uma pensão paga pelo Fundo, que no caso da Companhia regista benefícios em pagamento desde o exercício de 2010 a um ex-colaborador, por ter atingido a idade legal de reforma.

No item 23 encontram-se divulgadas informações adicionais.

Plano de Contribuição Definida

A constituição do Plano de Pensões “Plano de Pensões Caravela – Plano CD” foi autorizada pela Autoridade de Supervisão em 15 de Janeiro de 2015, com efeito retroativo a Janeiro de 2012, estando as contribuições a cargo da Caravela e dos participantes contribuintes, tendo a Companhia efetuado as contribuições necessárias para o Fundo à data de 31 de Dezembro.

O veículo de financiamento afeto a este Plano é o “Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia (Adesão nº 70).

Este Fundo está constituído de acordo com o estipulado no ACT assinado entre a APS-Associação Portuguesa de Seguradoras e o STAS-Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora, e outros, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego nº 2, de 15 de Janeiro de 2012, que estabelece os termos de constituição de um Plano Individual de Reforma (P.I.R.) para os associados dos Sindicatos subscritores.

Prémio de permanência

No quadro legal, sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de cinco anos de serviço na Companhia e verificados outros pressupostos, tem direito a receber um prémio único correspondente a 50% do seu ordenado mensal, em expressão monetária ou em espécie (dias de não comparência ao serviço).

3.7. Provisões Técnicas do Seguro Direto e do Resseguro Cedido

As Provisões Técnicas Não Vida compreendem nomeadamente as seguintes:

3.7.1. Provisão para Prémios não Adquiridos do Seguro Direto

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício com vigência após essa data e destina-se a cobrir os riscos assumidos pela Companhia desde o final do exercício até à data de vencimento dos respetivos contratos de seguro, atingindo o valor total de 10.812.737 euros antes da dedução dos custos de aquisição diferidos (em 2015 era de 8.906.901 euros).

A provisão é calculada por aplicação do método pro-rata temporis, para cada contrato em vigor e para todos os ramos, deduzida dos custos de aquisição também imputáveis a exercícios seguintes na mesma proporção dos prémios, com um máximo de 20% dos prémios diferidos de cada ramo.

3.7.2. Provisão para Sinistros do Seguro Direto

A provisão para sinistros corresponde ao valor estimado dos encargos com sinistros decorrentes dos contratos de seguro, quer tenham sido declarados ou não à data do encerramento, e que se encontram por regularizar, incluindo a responsabilidade estimada por sinistros ocorridos no período e ainda não participados (IBNR), ou já participados mas insuficientemente provisionados (IBNER). Inclui ainda os custos administrativos a incorrer com a regularização futura de sinistros em gestão ou ainda não participados.

Estas provisões são revistas regularmente, à medida que as responsabilidades da Companhia vão sendo liquidadas, mantendo um nível de provisionamento adequado ou seja compatível com as responsabilidades existentes.

O seu valor estimado no exercício foi de 32.809.322 euros (em 2015 era de 33.693.274€) incluindo o montante de 812.898 euros (em 2015 era de 838.882€) de provisão para despesas futuras com a gestão de sinistros já ocorridos.

3.7.3. Provisão para Riscos em Curso

A Provisão para Riscos em Curso corresponde ao montante necessário para fazer face a possíveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício, que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras.

O montante desta provisão é igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis a exercícios seguintes (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, pela soma dos rácios de sinistralidade, de despesas e de cedência, subtraindo o rácio de investimentos, deduzida de uma unidade, sendo a provisão para riscos em curso constituída e/ou reforçada sempre que a referida soma dos rácios seja superior a "1".

Apurou-se, assim, neste exercício, uma provisão de balanço no valor de 2.568.456 euros (em 2015 foi de 3.801.162€), equivalente a 7% dos prémios adquiridos (em 2015 = 14%).

3.7.4. Provisão para Desvios de Sinistralidade

Esta provisão é constituída para fazer face ao risco de Fenómenos Sísmicos nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja a possibilidade de maiores oscilações – ramos de Incêndio, Multi-Riscos Habitação e Atividades Comerciais e Associativas.

É calculada pela aplicação de um fator de risco, definido pela Autoridade de Supervisão, para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

O valor registado para esta provisão no final de 2016 foi de 157.039 euros (em 2015 foi de 137.493€).

3.7.5. Provisão Matemática

As provisões matemáticas determinam o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia e são calculadas com base em métodos atuariais, nos termos da legislação em vigor.

Para as pensões não remíveis a Caravela aplica a tábua de mortalidade TV 88/90, com uma taxa técnica de juro de 3% e encargos de gestão de 4%.

Para as pensões remíveis a tábua aplicada é a TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e 0% de encargos de gestão.

3.7.6. Provisões Técnicas do Resseguro Cedido

Compreende a Provisão para Sinistros e a Provisão para Prémios não Adquiridos, determinadas pela aplicação dos critérios anteriormente descritos para o seguro direto, tendo em conta os tipos de tratados de resseguro e as condições neles expressas, como percentagens de cedência e outras cláusulas, e corresponde à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia.

3.8. Ajustamentos e Especializações

3.8.1 Ajustamentos de Recibos por Cobrar

Os ajustamentos efetuados tiveram por objetivo reduzir do montante total dos prémios em cobrança o seu valor estimado de realização.

Os recibos emitidos e não cobrados no final do ano são refletidos na rubrica “Contas a receber por operações de seguro direto” e o valor do ajustamento é apresentado a deduzir no ativo do balanço.

O regime do pagamento dos prémios de seguros previsto no Regime Jurídico do Contrato de Seguro aprovado pelo D.L. nº. 72/2008 de 16 de Abril, determina que o não pagamento do prémio inicial na data do vencimento, ou da fração inicial, implica a resolução automática do contrato com efeito à data da sua celebração e que essa falta de pagamento nas anuidades subsequentes impedem a prorrogação desses contratos, daí resultando que contabilisticamente esses prémios serão anulados no momento em que não foram cobrados.

O valor apurado dos ajustamentos de balanço de 2016 foi de 106.334€ contra 88.626€ em 2015, equivalente, em ambos os anos a 0,3% dos prémios brutos emitidos líquidos de estornos e anulações.

3.8.2. Ajustamentos de Créditos de Cobrança Duvidosa

O saldo global das rubricas “mediadores de seguros” e “outros devedores” diminuiu 104.370 euros no exercício (redução = 118.937€ e reforço = 14.567€) sendo o valor global dos ajustamentos à data das Demonstrações Financeiras de 290.225 euros (era de 394.595 euros, em 2015).

3.8.3. Custos de aquisição diferidos

Estes custos de aquisição estão relacionados com a venda de contratos de seguros sendo capitalizados e diferidos pelo período desses contratos, até ao valor correspondente a 20% dos prémios não adquiridos de cada ramo.

À data do encerramento do exercício estes custos atingiram o valor total de 2.161.007 euros (2015 = 1.780.541€).

3.8.4. Remunerações de mediação

São representadas pelo montante contratualmente atribuído aos mediadores, pela angariação e cobrança de prémios de seguro, sendo registadas como custo no momento do processamento dos respetivos recibos de prémio.

Esta rubrica inclui a especialização das comissões de incentivo comercial a pagar aos mediadores no primeiro trimestre do ano seguinte, após o apuramento final dos resultados por mediador que é efetuado no início do ano seguinte, e desde que se encontrem atingidos os objetivos comerciais de produção, sinistralidade e cobranças que constam dos protocolos celebrados com os mediadores.

Foi reconhecido no exercício o montante de comissões de incentivo de produção, relativas a 2016, a pagar aos mediadores durante o primeiro trimestre de 2017, de 439.284 euros, valor este que se pode comparar com 221.066 euros em 2015.

3.8.5. Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de “Acréscimos e Diferimentos” do passivo corresponde a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do ano e acrescidos de incrementos previstos, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final do exercício, a regularizar posteriormente, por serviços prestados pelos empregados até 31 de Dezembro de 2016.

3.8.6. Locação Operacional

Os pagamentos efetuados ao abrigo dos contratos de locação operacional de material de transporte, são registados pela Companhia em custos, no período a que respeitam.

3.9. Decomposição de Outras rubricas das Demonstrações Financeiras

3.9.1. Outros devedores por operações de seguro

Esta rubrica apresenta a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
<i>Un: EUR</i>		
Contas a receber por operações do seguro directo:		
Recibos por cobrar:		
- Acidentes de Trabalho	810.221	456.426
- Incêndio e Outros Danos	237.859	238.103
- Automóvel	846.094	513.124
- Outros Ramos	237.575	188.979
	2.131.750	1.396.632
Reembolsos de Sinistros:		
- Acidentes de Trabalho	819.252	971.383
- Incêndio e Outros Danos	100.637	98.013
- Automóvel	828.230	732.722
- Outros Ramos	24.862	14.794
	1.772.980	1.816.912
Mediadores:		
- Contas correntes	273.127	439.221
- Comissões a receber	28.367	12.227
	301.494	451.448
Cosseguradores:		
- Contas correntes	33.407	78.648
- Outros saldos	18	271
	33.425	78.919
Outros:		
- Outros saldos	7.155	6.890
	7.155	6.890
	4.246.804	3.750.801
Ajustamentos de recibos por cobrar	-106.334	-88.626
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-180.224	-237.612
	3.960.246	3.424.563
Contas a receber por operações do resseguro cedido:		
Contas correntes	232.844	674.512
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-40.084	-87.065
	192.760	587.447
Contas a receber por outras operações:		
Pessoal	6.347	1.411
Fundo de Acidentes de Trabalho	1.839	2.526
Outros devedores diversos	202.974	122.652
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-69.917	-69.917
	141.242	56.671
	4.294.248	4.068.681
Balanço	4.294.248	4.068.681

Os recibos por cobrar apresentam a seguinte antiguidade em 2016 e 2015:

Un: EUR

	2016	2015
Até 30 dias	1.905.117	1.194.563
De 31 a 90 dias	121.252	67.261
De 91 a 180 dias	31.932	73.460
De 181 a 360 dias	41.005	22.575
Com mais de 360 dias	32.444	38.772
Total	2.131.750	1.396.632

Os recibos em cobrança há mais de 30 dias respeitam a negócios colocados em co-seguro e a contratos de seguros celebrados com organismos públicos e com municípios, que pela sua natureza têm prazos especiais de pagamento.

3.9.2. Outros credores por operações de seguro

Esta rubrica apresenta a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

Un: EUR

	2016	2015
Contas a pagar por operações do seguro directo:		
Mediadores:		
- Contas correntes	246.215	175.309
- Comissões a pagar	82.988	33.314
	329.203	208.623
Cosseguradores:		
- Contas correntes	127.685	147.913
- Outros saldos	2.281	0
	129.965	147.913
Tomadores de seguro:		
- Estornos a pagar	171.844	91.385
- Prémios recebidos antecipadamente	1.298.173	1.085.833
	1.470.017	1.177.218
Outros (reembolso sinistros):	0	50
	1.929.185	1.533.805
Contas a pagar por operações do resseguro cedido:		
Contas correntes	2.067.728	2.499.218
Contas a pagar por outras operações:		
Pessoal	145	2.008
Fornecedores	117.263	120.026
Outros credores diversos	55.558	55.000
Outros	0	844
	172.966	177.877
Balanço	4.169.879	4.210.899

3.9.3. Acréscimos e diferimentos

Os acréscimos e diferimentos ativos e passivos apresentam a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

Un: EUR

	2016	2015
Gastos Diferidos:		
Seguros	45.684	17.726
Rendas e alugueres	24.750	23.750
Serviços de informática	66.007	80.267
Quotizações da actividade	0	0
Outros gastos	6.197	3.438
Total de balanço	142.638	125.180

	2016	2015
Acréscimos de gastos:		
Juros a liquidar	0	0
Remunerações a liquidar ao pessoal (férias e subsídio)	634.008	571.274
Encargos sobre remunerações a liquidar	155.687	139.831
Bónus a liquidar ao pessoal	0	0
Comissões a pagar	521.617	326.878
Outros acréscimos	151.725	169.061
Total de balanço	1.463.037	1.207.043

3.9.4. Outros rendimentos/gastos/ajustamentos

A decomposição de outros rendimentos, outros gastos e outros ajustamentos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontram-se discriminados na página seguinte:

	<i>Un: EUR</i>	
	2016	2015
Rendimentos e ganhos não correntes		
Outros (exercícios anteriores)	116.276	100.578
	116.276	100.578
Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros obtidos (mora)	0	0
Outros	38.479	18.476
	38.479	18.476
Outros rendimentos não técnicos		
Regularização de saldos	0	0
Outros (exercícios anteriores)	1.259	38.734
	1.259	38.734
Ganhos benefícios pós-emprego		
Ganhos planos pensões	0	1.533
	0	1.533
Gastos e perdas não correntes		
Donativos	-2.490	-3.475
Mecenato	-22.608	-50.000
Multas e penalidades	-121	-1.016
Quotizações diversas	-150	-709
Regularização de saldos ex.anteriores	-96	-36.882
Dívidas incobráveis	0	0
Outros	-343	-38.909
	-25.808	-130.991
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	-8	0
Outros	-2.752	-2.774
	-2.760	-2.774
Ajustamentos		
De recibos por cobrar	-17.708	68.860
De outros devedores	8.612	13.938
	-9.096	82.798
	118.351	108.355

3.9.5. Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro

Estas rubricas não registaram movimentos nos exercícios de 2015 e 2016.

3.9.6. Gastos financeiros

Nos exercícios de 2016 e 2015 estes gastos apresentam a seguinte composição:

Un: EUR

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2016			2015		
	Conta Técnica	Conta não Técnica	Total	Conta Técnica	Conta não Técnica	Total
Gastos de investimentos:						
Custos imputados	179.656		179.656	128.140		128.140
Outros gastos de investimentos	0		0	0		0
Total	179.656	0	179.656	128.140	0	128.140

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

4.1. Quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro

4.1.1. Provisão para Sinistros

- a) O valor das Provisões para Sinistros, a 31 de Dezembro de 2016, foi obtido recorrendo a métodos determinísticos e estocásticos ligados ao tratamento estatístico dos triângulos de "run off" correspondentes às indemnizações pagas líquidas de reembolsos cobrados, sem custos imputados à gestão de sinistros e brutas de resseguro.
- b) Os valores das provisões foram obtidos dentro dos seguintes procedimentos:
 - Sem deflacionar os montantes das indemnizações já pagas, isto é, sem colocar os seus valores a custos de 2016;
 - Não considerando o valor descontado dos pagamentos futuros, nem o seu crescimento por força da inflação.
- c) Nos ramos de pequena dimensão o provisionamento é feito casuisticamente com base na informação constante na participação do sinistro e nos relatórios de peritagem.
- d) No ramo de Acidentes de Trabalho, acresce a provisão matemática que regista a responsabilidade da Companhia por sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2016 que envolvam pagamentos de pensões, já homologadas pelo Tribunal de Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, bem como a estimativa das responsabilidades com presumíveis incapacidades decorrentes de sinistros que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

Em cumprimento dos critérios de prudência utilizados pela Companhia manteve-se a tábua de mortalidade TV 88/90 no cálculo da Provisão Matemática, com a taxa técnica de juro 3%, continuando a assumir-se 4% de encargos.

A remição de Pensões de Acidentes de Trabalho é calculada pela tabela de mortalidade TD 88/90, com taxa técnica de juro de 5,25%, conforme Portaria nº 11/2000 de 13 de Janeiro.

A provisão para IBNR, apenas para as pensões, é calculada com base no número de pensões dos próprios sinistrados, excluindo os pensionistas que ocorram por morte, já que esses sinistros são conhecidos no imediato.

- e) Acresce ainda a Provisão para Assistência Vitalícia, que continuou a ser calculada recorrendo à tábua de mortalidade TV 88/90 com 4% de encargos e a taxa técnica de juro a 3%, sendo acrescentada uma taxa de crescimento de 2% aos custos vitalícios médios para fazer face à inflação futura.
- f) A provisão de balanço para sinistros está incrementada da provisão para despesas de gestão com sinistros, onde se aplicam modelos determinísticos aos triângulos de “run off” de montantes pagos com despesas de gestão de sinistros. A repartição dos custos por ano de ocorrência e ano de pagamento é feita através do n.º de sinistros em gestão no ano.
- g) O valor da provisão total para sinistros não declarados (IBNR) foi estimado tomando por base o número de sinistros participados em cada ano e, com base nos mesmos, aplica-se um modelo determinístico para estimar o número total de sinistros esperados, por ano de ocorrência, e obtendo assim os sinistros que virão a ser participados referentes a anos de ocorrência já decorridos.

Com base nestes números de situações de IBNR expectáveis e no custo de sinistros total estimado por ano de ocorrência, encontra-se o valor da provisão desejável de IBNR.

- h) O valor casuístico da provisão para sinistros declarados no exercício foi incrementado, de forma a fazer face a eventuais insuficiências não previstas casuisticamente (IBNER).

O desenvolvimento da provisão para sinistros de seguro direto relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores a 2016 e dos seus reajustamentos no exercício findo em 31 de Dezembro 2016 foi o seguinte:

Un: EUR

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2015	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício	Provisão para sinistros * em 31/12/2016	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
VIDA	0	0	0	0
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	6.070.878	2.782.531	7.351.109	4.062.761
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	455.437	600.845	439.967	585.375
-RESPONSABILIDADE CIVIL	12.545.197	5.150.388	10.717.962	3.323.153
-OUTRAS COBERTURAS	358.210	520.957	125.466	288.212
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	0	17.874	16	17.889
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	1.646.559	168.448	1.183.113	-294.998
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA	0	503	2.194	2.697
DIVERSOS	0	0	0	0
TOTAL	21.076.282	9.241.545	19.819.827	7.985.090
TOTAL GERAL	21.076.282	9.241.545	19.819.827	7.985.090

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano 2015 e anteriores

A provisão para sinistros (não incluindo os custos de gestão) apresenta a seguinte composição nos anos de 2016 e 2015:

Un: EUR

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2016			2015		
	Declarados	Não Declarados	Total Balanço	Declarados	Não Declarados	Total Balanço
Acidentes de Trabalho:						
- Provisão Matemática	4.031.325	4.681.558	8.712.883	3.797.882	2.894.634	6.692.516
- Provisão para Assistência Vitalícia	373.860	63.060	436.919	287.536	163.451	450.987
- Provisão para Outras Prestações	2.433.621	197.335	2.630.956	2.048.921	146.816	2.195.737
	6.838.806	4.941.953	11.780.759	6.134.339	3.204.901	9.339.240
Outros Seguros:						
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	245.069	29.571	274.639	352.000	45.285	397.284
Doença	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Outros Danos	1.080.849	395.452	1.476.301	1.090.825	303.746	1.394.572
Automóvel	15.762.451	918.776	16.681.227	18.495.981	1.172.547	19.668.528
Marítimo, Aéreo e Transportes	7.200	961	8.161	20.360	967	21.327
Mercadorias Transportadas	4.888	941	5.829	412	154	566
Responsabilidade Civil Geral	754.429	645.761	1.400.190	991.086	844.776	1.835.862
Crédito e Caução			0			0
Diversos:						
- Protecção Jurídica	0	0	0	0	0	0
- Assistência	367.125	2.194	369.319	197.012	0	197.012
	18.222.010	1.993.656	20.215.665	21.147.676	2.367.475	23.515.151
Total	25.060.816	6.935.608	31.996.424	27.282.015	5.572.376	32.854.391

As responsabilidades não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidos dos reembolsos emitidos.

A provisão para sinistros de resseguro cedido e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

Un: EUR

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Saldo de Balanço		Var. Ganhos e Perdas	
	2016	2015	2016	2015
Acidentes e Doença	2.689.098	1.258.723	1.430.376	1.193.049
Incêndio e Outros Danos	846.951	828.630	18.320	-391.027
Automóvel:				
Resp.Civil	1.458.708	1.694.609	-235.900	-1.229.311
Outras Coberturas	0	0	0	0
Marítimo e Transportes	5.713	14.929	-9.216	14.929
Mercadorias Transportadas	4.080	267	3.813	-3.456
Resp.Civil Geral	176.714	364.000	-187.286	197.555
Diversos	370.606	198.298	172.307	44.810
Total	5.551.870	4.359.456	1.192.414	-173.452

Os custos com sinistros de seguro direto, com reporte a 31 de Dezembro 2016, apresentam a seguinte composição:

2016

Un: EUR

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	4.866.067	468.191	2.503.784	7.838.041
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	2.198.543	158.431	87.564	2.444.538
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	9.993.759	1.001.589	-3.031.581	7.963.767
- OUTRAS COBERTURAS	2.945.437	446.389	-117.516	3.274.311
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	52.751	1.677	-7.641	46.787
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	335.159	22.887	-445.904	-87.859
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA	951.556	197	172.307	1.124.061
DIVERSOS	0	0	0	0
TOTAL	21.343.271	2.099.361	-838.986	22.603.647
RESSEGURO ACEITE	0	0	0	0
TOTAL GERAL	21.343.271	2.099.361	-838.986	22.603.647

Os custos com sinistros líquidos de resseguro podem ser analisados, da seguinte forma, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

Un: EUR

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2016			2015		
	Sinistros Pagos	Variação da Provisão	Custo Total	Sinistros Pagos	Variação da Provisão	Custo Total
Seguro Directo:						
Acidentes de Trabalho	4.879.062	2.630.100	7.509.161	3.085.706	1.318.057	4.403.763
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	455.195	-126.315	328.880	319.992	-46.807	273.184
Doença	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Outros Danos	2.356.974	87.564	2.444.538	1.753.850	-316.602	1.437.248
Automóvel	14.387.175	-3.149.097	11.238.078	16.202.196	-5.089.563	11.112.633
Marítimo, Aéreo e Transportes	33.698	-13.844	19.853	3.810	22.232	26.042
Mercadorias Transportadas	20.730	6.204	26.934	3.960	-5.882	-1.922
Responsabilidade Civil Geral	358.045	-445.904	-87.859	126.672	151.780	278.452
Crédito e Caução	0	0	0	0	0	0
Diversos:						
- Protecção Jurídica	0	0	0	0	0	0
- Assistência	951.754	172.307	1.124.061	1.042.781	44.810	1.087.590
	23.442.633	-838.986	22.603.647	22.538.966	-3.921.976	18.616.990
Resseguro Cedido:						
Acidentes de Trabalho	-1.570.527	-1.320.032,53	-2.890.559	-41.173	-1.192.906	-1.234.079
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	-86	-110.343,17	-110.429	0	-143	-143
Doença	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Outros Danos	-1.686.079	10.934	-1.675.145	-1.249.657	472.713	-776.944
Automóvel	-42.285	235.900	193.615	-887.088	1.229.311	342.223
Marítimo, Aéreo e Transportes	-23.588	18.428	-5.160	-2.667	-29.181	-31.848
Mercadorias Transportadas	-13.337	-6.946	-20.283	-2.594	6.667	4.074
Responsabilidade Civil Geral	0	187.286	187.286	0	-197.555	-197.555
Crédito e Caução	0	0	0	0	0	0
Diversos:						
- Protecção Jurídica	0	0	0	0	0	0
- Assistência	-951.556	-172.307	-1.123.863	-1.042.653	-44.810	-1.087.463
	-4.287.459	-1.157.081	-5.444.540	-3.225.832	244.098	-2.981.735
Total Líquido	19.155.174	-1.996.067	17.159.107	19.313.134	-3.677.878	15.635.256

Os custos com sinistros apresentam-se líquidos de reembolsos recebidos/emitidos e incluem os custos de gestão de sinistros imputados.

4.1.2. Provisão para Prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos de seguro direto e de resseguro cedido, a 31 de Dezembro 2016 e no período homólogo, apresenta a seguinte decomposição:

Un: EUR

Seguro directo:

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Valor de Balanço 2016	Valor de Balanço 2015
Acidentes e Doença	685.901	137.182	548.719	471.920
Incêndio e Outros Danos	1.888.415	377.683	1.510.732	1.227.755
Automóvel:				
Resp.Civil	4.791.282	958.256	3.833.026	3.406.862
Outras Coberturas	2.304.075	460.814	1.843.261	1.236.760
Marítimo e Transportes	21.505	4.301	17.204	11.994
Mercadorias Transportadas	32.435	6.487	25.948	25.333
Resp.Civil Geral	278.978	55.796	223.182	174.670
Diversos	810.146	160.488	649.658	571.066
Total Seguro Directo	10.812.737	2.161.007	8.651.730	7.126.360

Un: EUR

Resseguro cedido:

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Valor de Balanço 2016	Valor de Balanço 2015
Acidentes e Doença	18.037	1.984	16.053	30.360
Incêndio e Outros Danos	1.451.764	458.840	992.924	830.263
Automóvel:				
Resp.Civil	0	0	0	0
Outras Coberturas	0	0	0	0
Marítimo e Transportes	14.739	5.159	9.580	6.682
Mercadorias Transportadas	23.488	8.221	15.267	13.776
Resp.Civil Geral	0	0	0	0
Diversos	581.374	0	581.374	641.446
Total Resseguro Cedido	2.089.402	474.203	1.615.199	1.522.527

4.1.3. Provisões Técnicas Totais

Nas páginas seguintes apresenta-se a evolução das provisões técnicas do seguro direto e do resseguro cedido da Companhia ao longo dos últimos dois anos:

Un: EUR

Provisões Técnicas do Seguro Directo	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Balanço 2016	Balanço 2015	Variação
Provisão para prémios não adquiridos					
Acidentes e Doença	685.901	137.182	548.719	471.920	
Incêndio e Outros Danos	1.888.415	377.683	1.510.732	1.227.755	
Automóvel:					
Resp.Civil	4.791.282	958.256	3.833.026	3.406.862	
Outras Coberturas	2.304.075	460.814	1.843.261	1.236.760	
Marítimo e transportes	21.505	4.301	17.204	11.994	
Mercadorias Transportadas	32.435	6.487	25.948	25.333	
Resp.Civil Geral	278.978	55.796	223.182	174.670	
Diversos	810.146	160.488	649.658	571.066	
Sub-total	10.812.737	2.161.007	8.651.730	7.126.360	1.525.370
Provisão para Desvios Sinistralidade			157.039	137.493	19.546
Provisão para Sinistros					
Acidentes e Doença:					
Provisão Matemática			8.712.883	6.692.516	
Assistência Vitalícia			436.919	450.987	
Outras Prestações			3.201.435	2.855.959	
Incêndio e Outros Danos			1.558.609	1.468.370	
Automóvel:					
Resp.Civil			15.990.282	18.940.811	
Outras Coberturas			1.074.095	1.178.241	
Marítimo e Transportes			8.396	22.241	
Mercadorias Transportadas			6.770	566	
Resp.Civil Geral			1.450.613	1.886.572	
Diversos			369.319	197.012	
Sub-total	0	0	32.809.322	33.693.274	-883.952
Provisão para Riscos em Curso					
Acidentes e Doença			15.583	292.330	
Incêndio e Outros Danos			213.544	134.275	
Automóvel:					
Resp.Civil			1.375.454	2.240.421	
Outras Coberturas			821.485	849.023	
Marítimo e Transportes			0	0	
Mercadorias Transportadas			0	0	
Resp.Civil Geral			30.389	86.109	
Diversos			112.000	199.004	
Sub-total	0	0	2.568.456	3.801.162	-1.232.706
Total	10.812.737	2.161.007	44.186.547	44.758.289	-571.742

Un: EUR

Provisões Técnicas do Resseguro Cedido	2016	2015
Provisão para prémios não adquiridos	1.615.199	1.522.527
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	2.889.973	2.430.477
Sinistros não declarados (ibnr)	2.661.897	1.928.979
	5.551.870	4.359.456
Total das provisões técnicas do resseguro cedido	7.167.069	5.881.983

A cobertura das responsabilidades da Companhia em 31 de Dezembro 2016 e 2015, pode ser analisada como segue:

Un: EUR

Representação das Provisões Técnicas	2016	2015
Activos para Representação	50.592.110	51.642.724
Provisões Técnicas (a)	46.347.554	46.538.831
Taxa de Cobertura	109,2%	111,0%

(a) sem dedução de custos de aquisição diferidos

4.2. Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco específico de seguros contempla, entre outros, os riscos de prémios, de provisões e o risco de catástrofes.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;

- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas.

O nível de provisões para sinistros é acompanhado mensalmente, sendo feitas revisões trimestrais a todos os processos de sinistros, estando implementados modelos de avaliação estocásticos, de forma a colmatar alguma insuficiência de provisões.

A evolução da provisão para sinistros de seguro direto, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, excluindo provisões matemáticas do ramo Acidentes de trabalho e provisão com custos de gestão com sinistros, pode ser analisada de seguida, através dos triângulos de custos com sinistros e respetivos pagamentos dos últimos 10 anos:

	(milhares de euros)										
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Estimativa inicial de custos com sinistros , bruto de resseguro e líquido de reembolsos (*)	24.767	26.010	23.934	21.691	31.823	26.307	14.091	13.569	14.759	16.900	18.275
Pagamentos Acumulados											
Um ano depois	22.113	23.175	23.039	22.699	27.446	20.896	10.497	10.240	10.593	14.741	
Dois anos depois	24.687	25.271	24.437	24.779	28.887	21.713	11.218	11.227	11.592		
Três anos depois	26.462	26.462	25.528	25.593	30.102	22.469	11.691	11.769			
Quatro anos depois	27.674	27.415	26.336	26.430	31.103	23.043	11.759				
Cinco anos depois	28.275	28.131	27.695	26.844	32.857	23.287					
Seis anos depois	28.769	28.708	27.981	27.556	33.235						
Sete anos depois	29.334	28.880	29.006	27.777							
Oito anos depois	29.468	28.935	29.265								
Nove anos depois	29.656	29.231									
Dez anos depois	29.566										
Estimativa final de custos com sinistros											
Um ano depois	25.868	27.483	27.287	27.545	35.957	24.227	13.179	13.815	14.167	14.167	
Dois anos depois	26.567	28.122	27.956	28.572	36.475	24.027	13.457	13.397	13.391		
Três anos depois	29.282	28.782	29.055	28.864	37.040	23.789	13.375	13.430			
Quatro anos depois	28.995	29.757	29.041	28.791	36.498	23.918	13.019				
Cinco anos depois	29.829	29.841	29.897	28.589	35.059	23.907					
Seis anos depois	29.813	29.572	30.029	28.486	34.502						
Sete anos depois	29.815	29.619	29.993	28.293							
Oito anos depois	29.796	29.467	29.811								
Nove anos depois	29.765	29.491									
Dez anos depois	29.648										
	-4.881	-3.481	-5.878	-6.602	-2.679	2.400	1.072	139	1.368	2.734	

(*) excluindo provisões matemáticas, provisão para custos de gestão, IBNR e IBNER

A Caravela pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais. A estrutura de resseguro em 2016 não apresenta alterações face ao ano anterior, tanto ao nível da percentagem de cessão como dos limites, sendo constituída por tratados proporcionais (Quota-parte e Excedente) e por tratados não proporcionais (Excesso de Perdas e Cobertura Catastrófica), conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Acidentes de Trabalho	Excesso de perdas (XL) e Proporcional
Acidentes Pessoais	Excesso de perdas (XL)
Doença	Fronting
IOD	Quota-parte
IOD (Catástrofes Naturais)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Marítimo e Transportes	Quota-parte
Mercadorias Transportadas	Quota-parte
RC - Geral	Excesso de perdas (XL)
Assistência	Fronting

4.3. Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

Risco de mercado

O risco de mercado consiste no risco de perda ou de movimentos adversos no valor dos ativos relacionados com variações dos preços de mercado dos instrumentos financeiros.

Neste risco incluem-se o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A política de investimentos define os princípios orientadores para a gestão prudente dos investimentos bem como as atividades de controlo e reporte dos mesmos.

Para assegurar uma adequada gestão do risco foram definidos limites de exposição da carteira com base em 6 critérios específicos:

- Classe de ativo;
- Tipo de emitente (forma jurídica);
- Nível de *rating*;
- Sector de atividade;
- Zona geográfica;
- Concentração por grupo emitente.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco é residual, por força da não autorização de investimento em moeda estrangeira expressa na política de investimento. Indiretamente, por via da transparência dos fundos de investimentos detidos, verifica-se uma pequena exposição a moeda estrangeira, sendo o requisito de capital o seguinte:

(milhares de euros)

Cenários	Requisito de capital	
	2016	2015
Choque de +/- 25% às exposições de moeda estrangeira	76	0

Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações encontrando-se expostos a este risco os títulos representativos de capital, nomeadamente, fundos de investimentos total ou parcialmente compostos por estes títulos. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Cenários	Requisito de capital	
	2016	2015
Choque em ações Tipo I	338	399
Choque em ações Tipo II	4	50

Risco de imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços de mercado imobiliário. A Companhia voltou a estar exposta a este risco por via da aquisição de dois imóveis de rendimento no decorrer de 2016, pelo que o requisito de capital é descrito como segue:

(milhares de euros)

Cenários	Requisito de capital	
	2016	2015
Choque de 25% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	340	0

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro decorre de alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Estão expostos ao risco de taxa de juro, os ativos - obrigações e Depósitos a prazo e os passivos – provisões técnicas, principalmente a provisão matemática de Acidentes de Trabalho.

O cenário de subida de taxas de juro é, no final de 2016, mais prejudicial para a Companhia, tal como se verificava no final de 2015, como demonstrado no quadro seguinte:

Cenários	Efeito nos ativos	
	2016	2015
Choque de descida na curva de taxa de juro sem risco	318	561
Choque de subida na curva de taxa de juro sem risco	-2.709	-2.483

Passivos		(milhares de euros)	
Cenários	Efeito nos passivos		
	2016	2015	
Choque de descida na curva de taxa de juro sem risco	357	484	
Choque de subida na curva de taxa de juro sem risco	-1.447	-1.432	
	Δ NAV Down	39	-78
	Δ NAV Up	1.261	1.051
	Mktint	1.261	1.051

Risco de *spread*

O risco de *spread* consiste no risco de perdas inesperadas provocadas pela depreciação da qualidade creditícia ou incumprimento de um parceiro de negócio, refletindo a volatilidade dos spreads de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são principalmente obrigações corporativas e Depósitos a prazo.

Os ativos com exposição direta ao risco de *spread* têm o seguinte perfil:

Rating	2016			2015		
	% de exposição	Duração	Requisito de capital	% de exposição	Duração	Requisito de capital
AAA	4%	2,3	14	3%	2,7	16
AA	33%	4,6	321	36%	5,6	433
A	43%	4,4	503	39%	4,4	489
BBB	18%	4,3	384	14%	2,5	195
BB	0%	0,0	0	0%	0,0	0
B	2%	1,0	38	7%	1,0	113
CCC or lower	0%	1,0	0	0%	1,0	0
Unrated	0%	0,0	0	0%	0,0	0
Total	100%	4,3	1.260	100%	4,3	1.246

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas. A distribuição da carteira por sector de atividade é analisada como segue:

Sector de Atividade	2016			2015		
	%	Exposição	Imparidade	%	Exposição	Imparidade
Comunicações	2%	884	0	4%	1.719	0
Consumo - Cíclico	6%	2.551	0	4%	1.637	0
Consumo - Não Cíclico	7%	2.991	0	5%	2.455	0
Financeiro	17%	7.487	0	15%	6.803	0
Fundos	6%	2.688	0	7%	3.313	0
Governos	44%	19.788	0	50%	23.141	0
Serviços	13%	5.887	0	11%	4.911	0
Outro	6%	2.534	0	4%	1.954	0
Total	100%	44.810	0	100%	45.933	0

O conjunto dos 10 maiores títulos, por grupo emissor, é essencialmente composto por emissores públicos. Analisando o quadro abaixo verifica-se que a exposição a dívida corporativa se encontra bastante dispersa não ultrapassando os 3% para emissores com *rating* A ou superior e não ultrapassando os 1,5% para emissores com *rating* BBB ou inferior, justificando desta forma o requisito de capital, para 2016, ser nulo no que se refere ao risco de concentração.

(milhares de euros)

Grupo Emissor	2016			
	Tipo Ativo	Rating	Exposição	Peso
Divida Pública Portuguesa	OBG	BB	9.437	20,2%
Divida Pública Irlanda	OBG	A	2.945	6,3%
Divida Pública Francesa	OBG	AA	2.667	5,7%
Divida Pública Espanhola	OBG	BBB	1.882	4,0%
Gdf Suez.	OBG	A	1.166	2,5%
Rabobank Nederland	OBG	AA	938	2,0%
Divida Pública Belga	OBG	AA	888	1,9%
Divida Pública Holandesa	OBG	AAA	641	1,4%
Legrand Sa	OBG	A	591	1,3%
Orange Sa	OBG	BBB	576	1,2%
Total			21.732	46%
Total Carteira investimentos			46.814	100%

(milhares de euros)

Grupo Emissor	2015			
	Tipo Ativo	Rating	Exposição	Peso
Divida Pública Francesa	OBG	AA	6.743	13,9%
Divida Pública Portuguesa	OBG	BB	5.071	10,4%
Divida Pública Belga	OBG	AA	3.208	6,6%
Divida Pública Alemã	OBG	AAA	2.044	4,2%
Divida Pública Irlanda	OBG	BBB	1.826	3,8%
Divida Pública Italiana	OBG	BBB	1.650	3,4%
Gdf Suez.	OBG	A	1.198	2,5%
Divida Pública Espanhola	OBG	BBB	1.067	2,2%
Banco Millennium Bcp	DP	B	1.005	2,1%
Rabobank Nederland	OBG	AA	975	2,0%
Total			24.786	51%
Total Carteira investimentos			48.587	100%

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face a obrigações assumidas perante tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Para efeitos de mitigação deste risco, salienta-se que a Companhia dispõe de um plano mensal de tesouraria, revisto semanalmente e analisado diariamente.

O plano de tesouraria visa ainda a aplicação financeira dos excedentes de capital, nomeadamente em depósitos de curto e médio prazo, com a salvaguarda de mobilização antecipada.

Sempre que existam fortes fluxos de saída, a Direcção Financeira, em articulação com a gestão de investimentos, prevê a necessidade de liquidez.

Risco de crédito

O Risco de crédito consiste no risco de perda por incumprimento ou deterioração dos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido consideradas no risco de *spread*.

A Companhia dispõe de procedimentos de controlo para a mitigação deste risco relativo a clientes e agentes, nomeadamente, a monitorização sistemática da evolução dos montantes e da antiguidade dos recibos por cobrar.

No que se refere aos resseguradores, estes são criteriosamente seleccionados, não só em função da sua solidez económica e financeira, como também da sua capacidade técnica. É efetuada periodicamente uma análise à evolução dos *ratings* dos resseguradores.

Risco operacional

O Risco operacional corresponde ao risco de perdas significativas resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos.

No ponto seguinte que visa o sistema de controlo interno enquadram-se os riscos operacionais com grau de granularidade superior.

A gestão do risco operacional visa identificar e conhecer os riscos que a Companhia enfrenta e monitorizar os mesmos, de acordo com as tolerâncias definidas.

A abordagem metodológica utilizada segue as 3 etapas seguintes:

1. Identificação e classificação de riscos

A identificação dos riscos é realizada através da realização de entrevistas com os responsáveis das principais áreas da Companhia.

Nestas entrevistas serão identificados os principais riscos *top-down* da área e categorizados de acordo com as orientações emitidas pela ASF.

Para além da categoria e subcategoria de risco, a Companhia define o risco a que se encontra exposta, bem como as causas e consequências.

2. Avaliação dos controlos e da sua efetividade

Esta avaliação reveste-se de grande importância para a correta identificação do risco inerente e do risco residual de cada um dos respetivos riscos, sendo este fundamental para a definição das ações de mitigação/controlos adicionais a realizar.

Para calcular o impacto e a probabilidade (inerente e residual), é necessário recorrer a um conjunto de métodos como: dados de perdas internos; dados de perdas externos; experiência e intuição dos “*risk owners*”.

3. Identificação dos KRI¹ e planos de ação

O KRI encontra-se relacionado com um risco específico e serve de alerta para a eventual alteração da probabilidade e impacto do evento de risco ocorrer.

Identificados e classificados os principais riscos *top-down* da Companhia, são identificados quais os riscos que serão sujeitos a testes de *stress* no âmbito do processo de auto-avaliação prospetiva dos riscos.

Estes devem refletir os riscos de alto impacto e média/baixa probabilidade para que seja possível utilizar variáveis de orçamento para testar o seu impacto.

Sistema de controlo interno

O sistema de controlo interno compreende um conjunto de meios, de comportamentos, de procedimentos e ações adaptado às suas características próprias e destina-se a fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objectivos da Companhia.

Os principais efeitos esperados de um sistema de controlo interno e de gestão de riscos operacionais eficaz são:

- Identificar os eventos potenciais susceptíveis de afectar a realização dos objectivos da Companhia, assegurar o tratamento em caso de ocorrência do risco e prever as ações a serem tomadas,
- Definir um sistema de controlo proporcional aos riscos que a organização está disposta a aceitar para aumentar o seu valor,
- Permitir à gestão a tomada de decisão de forma elucidada.

A Companhia segue a definição e as matrizes de *COSO Report*².

¹ Key Risk Indicator

² Committee Of Sponsoring Organisation of the Treatway Commission

A Companhia entende o termo “controlo interno” como um meio de:

- Controlar os seus processos;
- Otimizar as suas atividades;
- Reforçar a sua competitividade.

O controlo interno é uma obrigação de todos: qualquer pessoa que exerça uma atividade na organização deve gerir os seus riscos e os seus controlos no domínio da sua atividade.

Partindo deste princípio são formalizados os riscos identificados para cada atividade da Companhia (Macro processos) através de um mapeamento de riscos.

- Cada compilação inclui as atividades da Companhia em processos e subprocessos,
- Para cada subprocesso são identificados os eventos de risco,
- Para cada evento de risco é associado um objetivo de controlo,
- Para cada objetivo de controlo, um ou mais exemplos de atividades de controlo são descritos a fim de esclarecer a compreensão do objetivo de controlo, se necessário.

Para cada objetivo de controlo, os operacionais devem:

- Descrever o controlo implementado, para fornecer uma garantia razoável relativamente à ocorrência (frequência) e à gravidade (custo) do evento de risco identificado;
- E auto-avaliar a eficácia do controlo através de um questionário.

A auto-avaliação do sistema de controlo interno desenrola-se em várias fases:

- Campanha de auto-avaliação,
- Descrição das atividades de controlo,
- Auto-avaliação das atividades de controlo,
- Planos de ação, se necessário,
- Testes independentes,
- Teste de eficácia dos controlos (conceção e operacional),
- Recomendação, se necessária.

4.4. Perdas por imparidade reconhecidas e revertidas relativamente a activos de resseguro

Durante o período não foi necessário proceder ao reconhecimento de novas perdas por imparidade, pelo que o saldo do ano à data das demonstrações financeiras, somente respeita ao seguinte ressegurador:

Folsam International Insurance 40.084 euros (anos de 2004 a 2009)

No exercício de 2016 foi recebido o saldo em dívida do ressegurador Korean RE, no valor de 43.469 euros, tendo sido revertido o valor da imparidade de 43.156 euros, de exercícios anteriores.

4.5. Informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e das provisões

São periodicamente desenvolvidas análises aos rácios de sinistralidade e rentabilidade da carteira, segmentada por diversas variáveis, bem como outros estudos atuariais com vista a avaliar a adequação das tarifas praticadas.

É calculado, designadamente, o rácio agregado (divisão de todos os custos constantes da Conta Técnica pela totalidade das receitas detalhadas na mesma), relativamente a cada ramo. A suficiência ou insuficiência tarifária é aferida consoante este rácio seja inferior ou superior a 100%, completando-se o critério pela análise da constituição da Provisão para Riscos em Curso.

São igualmente desenvolvidas análises de sensibilidade à tarifa, bem como estudos comparativos com as práticas do mercado.

A análise de adequação das provisões técnicas é periodicamente efetuada, através de métodos determinísticos e estocásticos, para além de auditorias periódicas, designadamente pela análise casuística de processos de sinistro.

4.6. Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afectos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido

O rácio de sinistralidade global da Companhia em 2016, antes de imputação de custos, era de 56% (58% em 2015) e 61% após imputações (66% em 2015).

A provisão para sinistros de balanço no final de 2016 é no valor de 32.809.322 euros (33.693.274€ em 2015).

Rácio de sinistralidade (por ramos)	2015	2014
Acidentes de Trabalho	77,6%	79,4%
Acidentes Pessoais	55,6%	45,3%
Doença	0,0%	0,0%
Acidentes / Doença	73,8%	73,4%
Incêndio / Outros Danos	48,5%	36,5%
Automóvel	62,0%	73,0%
Restantes Ramos	34,2%	52,2%
Rácio de Sinistralidade (1)	61,2%	66,0%

(1) Considera Custos imputados à função Sinistros

O rácio combinado apresenta a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

Análise aos resultados	2016	2015
Custos e gastos de exploração líquidos / Prémios adquiridos líquidos de resseguro	37,2%	42,9%
Custos com sinistros / Prémios adquiridos líquidos de resseguro	71,0%	80,9%
Rácio combinado	108,1%	123,8%

4.7. Montantes recuperáveis relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados)

O valor referente a reembolsos de sinistros apresenta a seguinte decomposição com reporte a 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

Un: EUR

Tipo de reembolso	2016 Valor a recuperar	2015 Valor a recuperar
Inventários/Salvados	0	0
Out. Tomadores/Reemb.de Sinistros	1.772.980	1.816.862
Out.Dev.Credores/Reemb.Sinistros	0	0

A Companhia considera que os valores de reembolsos são recuperáveis, pelo que concluiu não existir imparidade neste exercício, não tendo sido registada nenhuma perda.

6. Instrumentos financeiros (não inclui contratos de investimento)

Inventário de participações e instrumentos financeiros em 31.12.2016

Valores em euros
Anexo 1

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
Código	Designação						Unitário *	Total *
	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS							
	total	0				0,00		0,00
	2 - OUTROS							
	sub-total	0				0,00		0,00
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTEKOE0011	PORTUGAL GOVT 2.875% /15-10-2025	2.900	2.900.000,00	103,54%	1,04	3.002.660,00	0,95	2.765.048,70
PTOTETO0012	PORTUGAL GOVT 2.875% /21-07-2026	2.300	2.300.000,00	96,90%	0,97	2.228.739,21	0,94	2.165.079,79
PTOTEYOE0007	PORTUGAL GOVT 3.85% /15-04-2021	900	900.000,00	112,56%	1,13	1.013.040,00	1,11	996.592,19
PTOTEAOE0021	PORTUGAL GOVT 4.95% /25-10-2023	1.000	1.000.000,00	113,97%	1,14	1.139.665,58	1,12	1.123.686,30
PTOTEQOE0015	PORTUGAL GOVT 5.650% / 15-02-2024	2.000	2.000.000,00	120,29%	1,20	2.405.774,46	1,19	2.386.797,81
	sub-total	9.100	9.100.000,00			9.789.879,25		9.437.204,79
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
	sub-total	0				0,00		0,00
	2.1.2.3 - De outros emissores							
	sub-total	0				0,00		0,00
	total	9.100	9.100.000,00			9.789.879,25		9.437.204,79
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 - Ações							
	sub-total	0				0,00		0,00
	2.2.1.2 - Títulos de participação							
	sub-total	0				0,00		0,00
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
IE0030487957	PRODIS THEMA FUND	4.382			159,73	699.936,86	0,00	4,38
FR0011710557	OBJECTIF ACTION EURO D	4.750			121,81	578.608,00	116,09	551.427,50
FR0000011066	OFI BOND ALLOCATION PART I	125			3.975,72	495.962,72	3910,03	487.768,03
FR0011381227	OFI TRESORERIE PERFORMANCE ISR PART IC	1			101.087,46	101.087,46	101084,53	101.084,53
LU1032517705	SSP CONVERT INTERNATIONALES I EUR H-D	5.200			100,43	522.236,00	102,10	530.920,00
LU1209226296	SSP OFI EUROPEAN SMALLER COMPANIES IC	57			10.026,01	571.482,73	9099,84	518.690,88
LU0847358099	SSP/M - (HEN) EUROPEAN EQUITY	31			16.451,41	509.993,78	16071,89	498.228,59
	sub-total	14.546				3.479.307,55		2.688.123,91
	2.2.1.4 - Outros							
	sub-total	0				0,00		0,00
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
BE0000337460	BELGIUM GOVT 1% / 22-06-2026	400	400.000,00	107,90%	1,08	431.580,00	1.047,76	419.104,11
BE0000318270	BELGIUM GOVT 3.75% /28-09-2020	400	400.000,00	117,61%	1,18	470.420,00	1.171,66	468.663,01
ES00000123X3	ETAT ESPAGNE 4.4% / 31/10/2023	130	130.000,00	126,81%	1,27	164.853,00	1.243,15	161.609,95
FR0013200813	ETAT FRANCE 0.25% / 25-11-2026	200	200.000,00	99,64%	1,00	199.280,00	958,45	191.689,31
FR0011317783	ETAT FRANCE 2.75% / 25-10-2027	1.190	1.190.000,00	125,75%	1,26	1.496.456,00	1.210,85	1.440.909,06
IE00B8C9418	ETAT IRLANDE 1% / 15-05-2026	870	870.000,00	100,91%	1,01	877.900,00	1.028,19	894.524,33
IE00B4TV0D44	ETAT IRLANDE 5.4% / 13-03-2025	130	130.000,00	142,40%	1,42	185.120,00	1.429,55	185.841,23
FR0013131877	FRANCE GOVT 0.5% / 25-05-2026	500	500.000,00	102,87%	1,03	514.351,00	992,71	496.356,85
FR0010916924	FRANCE GOVT 3.5% /25-04-2026	200	200.000,00	124,18%	1,24	248.360,00	1.290,17	258.034,52
FR0011486067	FRTR 1.75% /25-05-2023	250	250.000,00	106,50%	1,07	266.259,72	1.120,66	280.165,33
IE00B6X95T99	IRISH TSY 3.4% /18-03-2024	1.500	1.500.000,00	118,72%	1,19	1.780.800,00	1.242,93	1.864.391,09
DE000A1K0UG6	KFW 2.5% /17-01-2022	300	300.000,00	113,52%	1,14	340.545,00	1.163,34	349.001,64
NL0000102275	NETHERLANDS GOVT 3.75% /15-01-2023	500	500.000,00	122,63%	1,23	613.132,22	1.282,43	641.216,56
FI4000006176	RFGB 4% /04-07-2025	250	250.000,00	128,18%	1,28	320.453,35	1.345,86	336.464,01
ES0000012729	SPANISH GOVT 1.95% / 30-04-2016	300	300.000,00	104,99%	1,05	314.964,45	1.067,32	320.195,71
ES00000124W3	SPANISH GOVT 3.8% / 30-04-2024	300	300.000,00	120,48%	1,20	361.440,92	1.223,26	366.977,05
ES0000012783	SPANISH GOVT 5.5% /30-07-2017	500	500.000,00	108,61%	1,09	543.025,00	1.056,61	528.302,74
ES00000123B9	SPGB 5.5% /30-04-2021	400	400.000,00	124,38%	1,24	497.520,00	1.262,52	505.007,12
FR0013128584	UNEDIC 0,625% /03-03-2026	300	300.000,00	98,97%	0,99	296.916,00	1.005,99	301.796,51
	sub-total	8.620	8.620.000			9.923.377		10.010.250

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
Código	Designação						Unitário *	Total *
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
	sub-total	0	0			0,00		0,00
	2.2.2.3 - De outros emissores							
ES0200002014	ADIF AV 1.875% /22-09-2022	100	100.000,00	103,35%	1,03	103.350,00	1.069,84	106.983,70
FR0012861821	ADP 1.5% /24-07-2023	300	300.000,00	99,82%	1,00	299.463,00	1.065,78	319.732,60
XS0936339208	AGENCE FRANÇAISE AGRFNC 2.25% / 27-05-2025	200	200.000,00	110,69%	1,11	221.370,00	1.156,74	231.347,67
FR0011951771	AIR LIQUIDE FINANCE 1.875% /05-06-2024	200	200.000,00	103,40%	1,03	206.800,00	1.095,64	219.127,26
DE000A1AKHB8	ALLIANZ FINANCE ALVGR 4.75% /22-07-2019	500	500.000,00	115,39%	1,15	576.925,00	1.145,08	572.541,10
BE6285454482	ANHEUSER-BUSCH 1.5% /17-03-2025	200	200.000,00	99,68%	1,00	199.352,00	1.050,46	210.091,82
BE6257983286	APETRA 3.125% /25-09-2023	300	300.000,00	116,20%	1,16	348.610,00	1.186,60	355.981,44
XS1292384960	APPLE 1.375% /17-01-2024	100	100.000,00	99,60%	1,00	99.604,00	1.068,01	106.801,13
FR0011462571	AUCHAN 2.25% / 06-04-2023	200	200.000,00	98,40%	0,98	196.804,00	1.118,08	223.616,44
DE000A1R0XG3	BASF 2% / 05-12-2022	280	280.000,00	105,40%	1,05	295.120,00	1.100,82	308.230,90
XS1380334141	BERKSHIRE HATHAWAY 1.3% / 15-03-2024	400	400.000,00	99,77%	1,00	399.064,00	1.038,04	415.216,71
XS0821096418	BK NED GEMEENTEN BNG 2.25% / 30-08-2022	200	200.000,00	111,48%	1,11	222.950,00	1.132,58	226.516,44
XS0860596575	BMW FINANCE NV 1.5% /05-06-2018	250	250.000,00	99,83%	1,00	249.562,50	1.030,09	257.522,26
XS0895249620	BNP PARIBAS 2.875% / 26-09-2023	300	300.000,00	111,30%	1,11	333.885,00	1.149,26	344.778,49
XS1040506112	BP CAPITAL MARKETS PLC 2.177% /28-09-2021	400	400.000,00	100,00%	1,00	400.000,00	1.094,01	437.602,61
FR0011781764	BPCEGP 2.125% /17-03-2021	100	100.000,00	105,79%	1,06	105.785,00	1.093,83	109.382,53
FR0012682060	BPI GROUPE 0.5% / 25-05-2025	300	300.000,00	91,65%	0,92	274.950,00	1.000,41	300.124,11
PTBSSJOM0014	BRISA 2% / 22-03-2023	100	100.000,00	99,77%	1,00	99.774,00	1.038,83	103.882,85
XS1377681272	BRITISH TELECOM 1.125% /10-03-2023	100	100.000,00	99,80%	1,00	99.799,00	1.027,20	102.720,30
FR0012821932	CAP GEMINI SA 1.75% / 01-07-2020	100	100.000,00	99,85%	1,00	99.853,00	1.054,77	105.477,40
XS1401331753	CARREFOUR 0.75% / 26-04-2024	100	100.000,00	99,21%	0,99	99.214,00	995,31	99.530,69
XS1112678989	COCA-COLA 1.875% /22-09-2026	350	350.000,00	107,92%	1,08	377.720,00	1.095,94	383.577,95
XS0881511868	COM BK AUSTRALIA CBAAU 1.625% /04-02-2019	500	500.000,00	99,44%	0,99	497.175,00	1.049,00	524.498,02
ES0224261042	CORES 1.5% / 27-11-2022	100	100.000,00	101,40%	1,01	101.400,00	1.037,20	103.719,69
XS0901338706	CREDIT AGRICOLE 1.75% /12-03-2018	100	100.000,00	99,95%	1,00	99.953,00	1.035,00	103.499,59
FR0011659366	CREDIT AGRICOLE SA 3.030 / 21-02-2024	250	250.000,00	114,12%	1,14	285.300,00	1.146,22	286.555,14
DE000A1MLXN3	DAIMLER AG 2.625% /02-04-2019	500	500.000,00	106,98%	1,07	534.875,00	1.079,73	539.866,78
FR0011527241	DANONE 2.6% / 28-06-2023	200	200.000,00	109,71%	1,10	219.410,00	1.137,95	227.589,86
XS0856032213	DEUTSCH BAHN FIN 2% /20-02-2023	400	400.000,00	107,67%	1,08	430.660,00	1.128,21	451.285,24
XS1309518998	DEUTSCHE BAHN FIN 1.25% /23-10-2025	100	100.000,00	99,00%	0,99	98.996,00	1.062,46	106.246,30
XS1400342587	DIA 1% / 28-04-2021	100	100.000,00	99,42%	0,99	99.424,00	1.027,47	102.746,71
XS0521000975	ENI 4% /29-06-2020	300	300.000,00	113,62%	1,14	340.845,00	1.149,17	344.752,19
XS1378895954	FOMENTO ECONOMICO 1.75% /20/03/2023	135	135.000,00	105,25%	1,05	142.087,50	1.029,61	138.997,11
FR0012346856	FONCIERE LYONNAISE 1.875 % / 26-11-2021	100	100.000,00	107,80%	1,08	107.800,00	1.051,00	105.099,75
XS0500397905	FRANCE TELECOM 3.875% /09-04-2020	500	500.000,00	113,22%	1,13	566.075,00	1.152,34	576.169,86
FR0011147305	G.D.F. SUEZ 3.125% /21-01-2020	500	500.000,00	110,65%	1,11	553.225,00	1.125,46	562.728,48
FR0010678185	G.D.F. SUEZ 6.875% /24-01-2019	500	500.000,00	120,08%	1,20	600.375,00	1.207,54	603.770,90
XS0491042353	GE Capital Euro Funding 4.25% /01-03-2017	500	500.000,00	103,54%	1,04	517.697,15	1.042,31	521.156,85
FR0012790327	GECINA 2% /17-06-2024	100	100.000,00	101,15%	1,01	101.150,00	1.086,39	108.639,45
XS1147605791	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL 1.375% /02-12-2024	200	200.000,00	104,35%	1,04	208.700,00	1.048,99	209.798,49
XS1366026679	HONEYWELL INTL 1.3% / 22-02-2023	200	200.000,00	105,60%	1,06	211.200,00	1.050,32	210.063,50
XS0497141142	I.N.G.BANK 3.375% /23-03-2017	500	500.000,00	101,07%	1,01	505.334,80	1.033,97	516.983,90
XS0494868630	IBERDROLA 4.125% /23-03-2020	100	100.000,00	114,39%	1,14	114.385,00	1.158,88	115.888,29
FR0011512193	ILE DE FRANCE 2.25% / 10-06-2023	200	200.000,00	110,91%	1,11	221.810,00	1.136,30	227.260,00
FR0011637024	IMERYS 2.5% / 26-11-2020	100	100.000,00	109,25%	1,09	109.250,00	1.078,50	107.849,73
FR0012236677	INFR FOCH SAS 1.25% /16-10-2020	100	100.000,00	99,83%	1,00	99.830,00	1.035,60	103.560,27
XS0895722071	ING BANK NV 1.875% /27-02-2018	300	300.000,00	99,61%	1,00	298.824,00	1.038,18	311.453,61
XS1319817323	INTL FLAVOR FRAGRANCES 1.75% / 14-03-2024	100	100.000,00	99,82%	1,00	99.822,00	1.061,87	106.186,94
XS1402921412	JP MORGAN 1.5% / 29-10-2026	100	100.000,00	99,30%	0,99	99.301,00	1.020,19	102.018,78
XS0856977144	JPMORGAN CHASE 1.875% /11-21-2019	250	250.000,00	99,29%	0,99	248.220,00	1.056,15	264.038,70
FR0012758985	LA POSTE 1.125% /04-06-2025	200	200.000,00	101,75%	1,02	203.500,00	1.029,97	205.994,52
FR0011234921	LEGRAND SA 3,375% /19-04-2022	500	500.000,00	114,56%	1,15	572.775,00	1.181,47	590.735,62
XS0257022714	LEHMAN 0% /12-06-2013	100	100.000,00	92,45%	0,92	92.450,61	0,10	10,00
XS1167204699	LLYODS BANK PLC 1.25 / 13-01-2025	300	300.000,00	101,76%	1,02	305.280,00	1.044,86	313.456,80
ES0000101693	MADRID 1.189% / 08-05-2022	110	110.000,00	104,05%	1,04	114.455,00	1.030,72	113.379,24
XS1403264374	MCDONALDS 1% / 15-11-2023	100	100.000,00	99,28%	0,99	99.282,00	1.012,76	101.275,98
FR0012332203	MERCIALYS 1.787% /31-03-2023	100	100.000,00	103,30%	1,03	103.300,00	1.031,96	103.196,37
XS1028941976	MERCK & CO INC 1.125% /15-10-2021	300	300.000,00	100,10%	1,00	300.300,00	1.045,31	313.591,88
XS1379171140	MORGAN STANLEY 1.75% / 11-03-2024	300	300.000,00	99,62%	1,00	298.848,00	1.056,24	316.872,08
XS0767717746	NATIONWIDE BLDG SOC 3.125% /03-04-2017	500	500.000,00	100,01%	1,00	500.030,25	1.031,19	515.593,84
XS0813400305	NATL AUSTRALIA BK 2.75% /08-08-22	400	400.000,00	110,12%	1,10	440.460,00	1.137,92	455.169,86
XS1325825211	PRICELINE 2.15% / 25-11-2022	100	100.000,00	100,06%	1,00	100.060,00	1.061,02	106.102,05
XS0816704125	PROCTER & GAMBLE 2% /16-08-2022	380	380.000,00	105,03%	1,05	399.114,00	1.103,31	419.256,60
XS0282445336	RABOBANK NEDERLAND 4,25% /16-01-2017	900	900.000,00	106,50%	1,06	958.497,51	1.042,14	937.927,87

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
Código	Designação						Unitário *	Total *
FR0011568963	RENAULT 3.625% /19-09-2018	100	100.000,00	106,18%	1,06	106.180,00	1.070,53	107.052,95
FR0012199065	RESEAU DE TRANSPORT 1.625% /08-10-2024	200	200.000,00	106,20%	1,06	212.400,00	1.066,04	213.207,94
XS0255800285	RESEAU FERRE 4,375% /02-06-2022	400	400.000,00	124,41%	1,24	497.620,00	1.256,71	502.684,38
FR0013214137	SAGESS 0.625% / 20-10-2028	100	100.000,00	98,65%	0,99	98.650,00	954,13	95.413,29
FR0011439785	SAGESS 2.625% /06/03/2025	200	200.000,00	113,42%	1,13	226.840,00	1.182,58	236.515,07
XS0546725358	SAINT GOBAIN 4% /08-10-2018	135	135.000,00	109,85%	1,10	148.300,20	1.078,51	145.598,24
FR0013053329	SANEF 1.875% /16-03-2026	100	100.000,00	102,12%	1,02	102.120,00	1.090,30	109.029,73
FR0012146777	SANOFI 1.125% /10-03-2022	400	400.000,00	100,15%	1,00	400.600,00	1.049,02	419.609,31
XS1135276332	SHELL INTL FIN 1% /06-04-2022	400	400.000,00	98,80%	0,99	395.200,00	1.043,17	417.267,95
XS0369461644	SIEMENS FINAN 5.625% / 11-06-2018	280	280.000,00	122,91%	1,23	344.148,00	1.115,18	312.251,59
XS0969574325	STATOIL ASA 2% /10-09-2020	370	370.000,00	105,89%	1,06	391.793,00	1.076,94	398.466,68
XS1139315581	TOTAL CAPITAL INTL 1.375% /19-03-2025	400	400.000,00	101,16%	1,01	404.640,00	1.061,31	424.524,65
FR0011075043	TOTAL INFR.GAZ 4.339% /07-07-2021	100	100.000,00	115,90%	1,16	115.900,00	1.187,74	118.774,12
XS0881362502	TOYOTA 2.375% / 01-02-2023	400	400.000,00	108,10%	1,08	432.380,00	1.136,67	454.669,40
XS0942388462	UNIBAIL-RODAMCO 2.5% / 12-06-2023	200	200.000,00	107,95%	1,08	215.890,00	1.144,54	228.907,12
XS0170239692	VATTENFALL 5% /18-06-2018	130	130.000,00	111,00%	1,11	144.300,00	1.100,45	143.058,41
XS1109802303	VODAFONE GROUP 1% /11-09-2020	200	200.000,00	98,83%	0,99	197.650,95	1.027,53	205.506,22
XS1054534422	WAL-MART STORES 2.55% /08-04-2026	300	300.000,00	116,00%	1,16	348.000,00	1.169,75	350.926,03
FR0012674182	RENAULT FLOAT /16-07-2018	75	75.000,00	100,31%	1,00	75.231,70		75.363,85
		20.895	20.895.000			22.169.275,17		22.674.600,17
	sub-total	29.515	29.515.000			32.092.651,83		32.684.850,30
	2.3 - Derivados de negociação							
	sub-total	0				0,00		0,00
	2.4 - Derivados de cobertura							
	sub-total	0				0,00		0,00
	total	53.161				45.361.838,63		44.810.179,00
	3 - TOTAL GERAL	53.160,75				45.361.838,63		44.810.179,00

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Todos os instrumentos financeiros detidos pela Companhia são admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados e encontram-se mensurados ao seu justo valor, com exceção dos títulos Prodis Thema Fund e Lehman Brothers, que se encontram mensurados por 4,38€ e 10,00€, respetivamente.

Para estes ativos foram reconhecidas imparidades por incumprimento dos emitentes, nos anos de 2010 e 2011.

No momento da aquisição, os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos ao seu justo valor (preço de aquisição) adicionado dos custos de transação.

Nas mensurações subsequentes esses activos continuam a ser registados ao seu justo valor sendo as respetivas variações reconhecidas no capital próprio, em “reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda”.

No exercício de 2016 a Companhia reconheceu em capital próprio uma variação positiva acumulada de 170.228 euros (2015=369.553€) no justo valor das carteiras de investimentos, a qual se encontra registada na reserva de reavaliação.

Segmentação por classes

A política de investimentos da Companhia, detalhada no ponto 4. do presente anexo, tem em conta o cumprimento das regras e dos limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão e a diversificação prudencial dos investimentos, visando a sua adequação às responsabilidades assumidas, numa ótica de otimização do binómio risco/rentabilidade.

A estratégia e os critérios para gestão dos investimentos são anualmente estabelecidos pela Administração, procedendo-se à monitorização mensal do seu cumprimento bem como da performance assim alcançada, com vista à adequação, a cada momento, da carteira de investimentos aos objetivos definidos.

As ações desenvolvidas durante o ano de 2016 adequaram a carteira de ativos financeiros à estrutura de reforçada prudência, em cumprimento do objetivo previamente delineado.

A composição dos instrumentos financeiros por classes é a seguinte:

Un: EUR

Instrumento financeiro	Justo Valor 2016	%	Justo Valor 2015	%
Participações em filiais e associadas	0	0%	0	0%
Acções e outros títulos de rendimento variável	2.688.124	6%	3.312.672	7%
Títulos de rendimento fixo	42.122.055	93%	42.620.041	88%
Instrumentos derivados	0	0%	0	0%
Depósitos em instituições de crédito	642.430	1%	2.653.813	5%
Total	45.452.609	100%	48.586.527	100%

De acordo com as regras estabelecidas, os ativos financeiros da Caravela continuaram a ser maioritariamente investidos na Zona Euro.

Un: EUR

Carteira títulos	Justo Valor 2016	%	Justo Valor 2015	%
Títulos nacionais	9.437.205	21%	5.070.789	11%
Dívida pública	9.437.205	21%	5.070.789	11%
Outros emissores	0	0%	0	0%
Acções	0	0%	0	0%
Unidades participação fundos invest.mobiliário	0	0%	0	0%
Títulos estrangeiros	35.372.974	79%	40.861.924	89%
Dívida pública	10.010.250	22%	17.847.600	39%
Outros emissores	22.674.600	51%	19.701.653	43%
Acções	0	0%	0	0%
Unidades participação fundos invest.mobiliário	2.688.124	6%	3.312.672	7%
Total	44.810.179	100%	45.932.713	100%

O risco de liquidez em que a Companhia pode incorrer pelo facto de poder não dispor de todos os seus ativos financeiros no momento em que tenha de satisfazer os seus compromissos financeiros decorrentes dos contratos de seguro, é indicado no quadro a seguir, relativo a investimentos no mercado obrigacionista:

Un: EUR

Ativo financeiro	Maturidade em 31.12.2016					Total
	< 6 meses	< 1 ano	< 3 anos	< 5 anos	> 5 anos	
Dívida pública	0	528.303	0	1.970.262	16.948.890	19.447.455
Obrigações a taxa fixa	2.491.672	0	3.885.152	3.707.597	12.514.815	22.599.236
Obrigações a taxa variável	0	0	75.364	0	0	75.364
Total	2.491.672	528.303	3.960.516	5.677.859	29.463.705	42.122.055

Un: EUR

Ativo financeiro	Maturidade em 31.12.2015					Total
	< 6 meses	< 1 ano	< 3 anos	< 5 anos	> 5 anos	
Dívida pública	2.552.599	1.552.720	2.287.599	474.092	16.051.378	22.918.389
Obrigações a taxa fixa	938.705	0	3.584.358	4.958.684	9.945.333	19.427.080
Obrigações a taxa variável	0	0	274.572	0	0	274.572
Total	3.491.304	1.552.720	6.146.529	5.432.777	25.996.712	42.620.041

O quadro seguinte evidencia a qualidade creditícia dos emitentes das obrigações, de acordo com *ratings* determinados por entidades externas à data do relato:

Un: EUR

Obrigações por notação de rating	2016	%	2015	%
AAA	1.092.502	3%	4.099.904	10%
AA +	106.801	0%	628.683	1%
AA	5.684.420	13%	13.496.605	32%
AA -	6.975.498	17%	4.938.452	12%
A +	2.835.170	7%	3.023.267	7%
A	5.509.676	13%	3.111.079	7%
A -	3.548.248	8%	3.777.445	9%
BBB +	4.686.836	11%	1.606.853	4%
BBB	902.935	2%	2.866.955	7%
BB	0	0%	5.070.789	12%
BB +	9.437.205	22%	0	0%
BBB -	420.666	1%	0	0%
BB -	0	0%	0	0%
B +	922.087	2%	0	0%
CC	0	0%	0	0%
CCC	0	0%	0	0%
Não Cotados	10	0%	10	0%
Total	42.122.055	100%	42.620.041	100%

A Companhia não efetuou operações em contratos de derivados nem utilizou operações de reporte nem de empréstimo de valores durante o ano.

O critério seguido pela Companhia para reconhecer títulos em imparidade, enunciado no ponto 3.2.1., manteve-se o mesmo durante o presente exercício, que é o seguinte:

- Para instrumentos de capital a Companhia considera uma desvalorização continuada quando esta se verificar por mais de 180 dias, ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 30% na respetiva cotação à data de balanço;

- Para instrumentos de dívida a Companhia reconhece imparidade quando existe significativa dificuldade financeira do emitente tornando-se provável um processo de falência ou uma quebra de contrato por incumprimento nos pagamentos de juro ou de capital.

No exercício de 2016 a Companhia não teve necessidade de reconhecer/reverter imparidades em investimentos financeiros, pelo que se mantiveram os montantes reconhecidos em anos anteriores.

A sua segregação pelas respetivas categorias em 2016 e 2015 é a seguinte:

2016

Un: EUR

Ativo financeiro	Valor Aquisição	Justo Valor	Reversão em Res.Reavaliação	Imparidade Acum. (Liq. de Reversão)
Dívida pública	0	0	0	0
Obrigações a taxa fixa	92.451	10	0	-92.441
Obrigações a taxa variável	0	0	0	0
Ações	0	0	0	0
Unidades Partic. Fundos Inv.	699.937	0	0	-699.937
Total	792.387	10	0	-792.377

2015

Un: EUR

Ativo financeiro	Valor Aquisição	Justo Valor	Reversão em Res.Reavaliação	Imparidade Acum. (Liq. de Reversão)
Dívida pública	0	0	0	0
Obrigações a taxa fixa	92.451	10	0	-92.441
Obrigações a taxa variável	0	0	0	0
Ações	0	0	0	0
Unidades Partic. Fundos Inv.	699.937	0	0	-699.937
Total	792.387	10	0	-792.377

7. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda tinham a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

									2016
									Un: EUR
Ativo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *	
Instrumentos de dívida									
De dívida pública									
De emissores nacionais	9.715.406	179.685	9.895.091		9.895.091		-457.886	9.437.204,79	
De emissores estrangeiros									
Espanha	1.829.598	38.905	1.868.502		1.868.502		13.590	1.882.092,57	
França	3.007.704	16.532	3.024.236		3.024.236		-55.284	2.968.951,58	
Alemanha	333.776	7.152	340.928		340.928		8.074	349.001,64	
Bélgica	885.598	5.967	891.565		891.565		-3.798	887.767,12	
Itália	0	0	0		0		0	0,00	
Holanda	590.697	17.982	608.679		608.679		32.538	641.216,56	
Filândia	310.131	4.932	315.063		315.063		21.402	336.464,01	
Irlanda	2.805.451	51.435	2.856.886		2.856.886		87.871	2.944.756,65	
De outros emissores públicos									
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0	
De emissores estrangeiros	0	0	0		0		0	0	
De outros emissores									
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0	
De emissores estrangeiros	21.813.185	338.886	22.152.071	-92.441	22.059.630		614.970	22.674.600	
Total	41.291.547	661.474	41.953.021	-92.441	41.860.580	0	261.475	42.122.055	
Instrumentos de capital									
De emissores nacionais			0		0			0	
De emissores estrangeiros			0		0			0	
	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outros instrumentos									
Unidades de participação									
De residentes									
			0		0			0	
De não residentes									
	3.479.308	0	3.479.308	-699.937	2.779.371	0	-91.247	2.688.124	
	3.479.308	0	3.479.308	-699.937	2.779.371	0	-91.247	2.688.124	
Total	44.770.854	661.474	45.432.328	-792.377	44.639.951	0	170.228	44.810.179	

* - Inclui juros a receber

									2015
									Un: EUR
Ativo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *	
Instrumentos de dívida									
De dívida pública									
De emissores nacionais	5.010.363	81.659	5.092.022		5.092.022		-21.233	5.070.789	
De emissores estrangeiros									
Espanha	1.038.732	26.298	1.065.030		1.065.030		1.738	1.066.768	
França	6.551.408	105.006	6.656.414		6.656.414		86.605	6.743.019	
Alemanha	2.320.766	30.890	2.351.656		2.351.656		40.955	2.392.611	
Bélgica	3.062.299	35.939	3.098.238		3.098.238		109.411	3.207.649	
Itália	1.568.233	14.543	1.582.776		1.582.776		65.309	1.648.085	
Holanda	605.352	17.979	623.331		623.331		12.888	636.219	
Filândia	316.869	4.918	321.787		321.787		5.431	327.218	
Irlanda	1.774.395	40.131	1.814.526		1.814.526		11.505	1.826.031	
De outros emissores públicos									
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0	
De emissores estrangeiros	0	0	0		0		0	0	
De outros emissores									
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0	
De emissores estrangeiros	19.327.965	337.084	19.665.049	-92.441	19.572.609		129.044	19.701.653	
Total	41.576.381	694.448	42.270.829	-92.441	42.178.389	0	441.653	42.620.041	
Instrumentos de capital									
De emissores nacionais			0		0			0	
De emissores estrangeiros			0		0			0	
	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outros instrumentos									
Unidades de participação									
De residentes									
			0		0			0	
De não residentes									
	4.084.709	0	4.084.709	-699.937	3.384.772	0	-72.100	3.312.672	
	4.084.709	0	4.084.709	-699.937	3.384.772	0	-72.100	3.312.672	
Total	45.661.090	694.448	46.355.538	-792.377	45.563.161	0	369.553	45.932.713	

* - Inclui juros a receber

8. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

Os valores em Caixa e em Depósitos à Ordem registados no balanço são em moeda corrente de euro e destinam-se a fazer face a pagamentos de tesouraria de curto prazo.

Todos os saldos de Caixa e seus equivalentes, bem como os Depósitos à Ordem em instituições de crédito estão disponíveis para uso da Companhia.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica do balanço apresenta a seguinte composição:

Un: EUR

	2016	2015
Caixa e seus equivalentes		
Sede	200	200
Dependências	1.200	1.200
	1.400	1.400
Depósitos à ordem	829.517	789.611
	830.917	791.011

A reconciliação das quantias incluídas na demonstração de fluxos de caixa com os itens equivalentes relatados no balanço apresenta a seguinte configuração:

Un: EUR

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa	2016	2015
Numerário	1.400	1.400
Depósitos bancários imediatos mobilizáveis	829.517	789.611
Outros depósitos bancários imediatos mobilizáveis *	642.430	2.653.813
Disponibilidades constantes do balanço	1.473.347	3.444.825

* Depósitos bancários incluídos na rubrica do balanço "Empréstimos e contas a receber/outros depósitos" que inclui juros decorridos

9. Terrenos e edifícios

Conforme descrição em 3.3.2., a Companhia adquiriu dois imóveis neste exercício, estando ambos classificados como propriedades de rendimento, valorizados ao justo valor, nos termos da IAS 40.

O valor de aquisição destes imóveis corresponde ao seu justo valor na data de aquisição, conforme relatórios de avaliação independente em poder da Companhia.

10. Outros ativos fixos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)

Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo histórico de aquisição deduzido das depreciações acumuladas.

Os custos de reparação e manutenção não são capitalizados, sendo reconhecidos diretamente em resultados, quando incorridos.

As depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes com base nas taxas anuais fiscalmente aceites e que refletem a vida útil estimada dos bens.

Os movimentos registados nos exercícios de 2016 e 2015 foram os seguintes:

2016
Un: EUR

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Depreciações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Ativos Tangíveis									
Equipamento administrativo	263.870	258.661	2.496	0	21.097	0	5.175,78	20.977	2.409
Máquinas e ferramentas	235.972	224.312	4.066	0	12.925	0	5.108,34	12.925	10.618
Equipamento informático	321.446	308.377	23.805	0	30.042	0	18.730,27	30.042	18.144
Instalações interiores	20.666	19.266	0	0	7.488	0	772,85	7.265	404
Material de transporte	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0
Equipamento hospitalar	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0
Outro Equipamento	38.267	12.718	25.411	0	1.021	0	8.256,63	1.021	42.703
Imobilizações em curso	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0
Adiantamentos por conta	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0
TOTAL	880.221	823.335	55.778	0	72.573	0	38.044	72.230	74.278

2015
Un: EUR

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Depreciações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Ativos Tangíveis									
Equipamento administrativo	311.497	302.662	18.724	0	66.352	0	21.905	65.906	5.208
Máquinas e ferramentas	250.631	240.957	16.943	0	31.602	0	14.588	31.232	11.660
Equipamento informático	318.493	311.509	21.383	0	18.430	0	15.376	18.508	13.069
Instalações interiores	97.002	85.070	0	0	76.336	0	1.280	67.084	1.400
Material de transporte	40.000	29.999	0	0	0	40.000	0	29.999	0
Equipamento hospitalar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outro Equipamento	101.938	72.478	28.952	0	92.623	0	3.943	63.703	25.549
Imobilizações em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adiantamentos por conta	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1.119.561	1.042.675	86.002	0	285.342	40.000	57.093	276.432	56.886

11. Afetação dos investimentos e outros ativos

A Companhia afetou os seus investimentos pelo total das provisões técnicas em 2016 e 2015 da forma que segue:

2016

Un: EUR

INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS SEGUNDO A SUA AFECTAÇÃO	Seguros Não Vida	Não Afectos	Total
Caixa e equivalentes	830.917		830.917
Terrenos e edifícios	1.361.175		
Invest. em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			
Ativos financeiros detidos para negociação			
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas			
Derivados de cobertura			
Ativos financeiros disponíveis para venda	44.810.179		44.810.179
Empréstimos e contas a receber	642.430		642.430
Investimentos a deter até à maturidade			
Outros ativos tangíveis	74.278		74.278
Outros ativos intangíveis	101.169		101.169
TOTAL	47.820.147		46.458.972

2015

Un: EUR

INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS SEGUNDO A SUA AFECTAÇÃO	Seguros Não Vida	Não Afectos	Total
Caixa e equivalentes	791.011		791.011
Terrenos e edifícios			
Invest. em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			
Ativos financeiros detidos para negociação			
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas			
Derivados de cobertura			
Ativos financeiros disponíveis para venda	45.932.596		45.932.596
Empréstimos e contas a receber	2.653.813		2.653.813
Investimentos a deter até à maturidade			
Outros ativos tangíveis	56.886		56.886
Outros ativos intangíveis	24.809		24.809
TOTAL	49.459.115		49.459.115

12. Ativos Intangíveis

Esta rubrica integra o investimento em *software*, que é amortizado em 3 anos pelo método das quotas constantes, bem como os direitos de concessão por 10 anos das marcas nacionais “Netagentes”, “Protegemos o Seu Futuro”, “Caravela Seguros” e “Caravela”, no valor global de 3.909 euros, incluído nas rubricas Outros.

Para as aquisições de *software* ocorridas a partir do exercício de 2015, foi estabelecida a utilização do método de amortização pelo período máximo de vida útil de 6 anos.

Estes ativos estão valorizados ao custo de aquisição líquido das amortizações acumuladas e dentro dos limites das taxas em vigor, sendo que os custos incorridos com a manutenção posterior do *software* são reconhecidos em resultados, não sendo por isso capitalizados.

Os movimentos registados em 2016 e 2015 foram os seguintes:

2016
Un: EUR

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Ativos Intangíveis									
Despesas de desenvolvimento									
Despesas com aplic. informáticas	1.149.957	1.125.377	47.109		23.073		16.538	23.073	55.151
Ativos Intangíveis em curso	0	0	42.980		0		0	0	42.980
Outros	760	531	3.149		0		340	0	3.038
TOTAL	1.150.717	1.125.908	93.238	0	23.073	0	16.878	23.073	101.169

2015
Un: EUR

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Ativos Intangíveis									
Despesas de desenvolvimento									
Despesas com aplic. informáticas	1.126.345	1.069.195	23.835		222		56.405	222	24.580
Ativos Intangíveis em curso	0	0	0		0		0	0	0
Outros	505	505	255		0		25	0	229
TOTAL	1.126.850	1.069.700	24.090	0	222	0	56.431	222	24.809

13. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões pelas respectivas sub-contas

Un: EUR

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
<u>Ajustamentos de Recibos por Cobrar</u>				
Outros Tomadores de seguros				
- Acidentes de Trabalho	32.860	14.519	0	47.379
- Acid.Pessoais e P.Transportadas	7.496	4.054	0	11.550
- Incêndio e Outros Danos	14.692	0	7.693	6.999
- Automóvel	24.622	2.039	0	26.661
- Marítimo e Transportes	0	11	0	11
- Mercadorias Transportadas	2.152	2.651	0	4.803
- Responsabilidade Civil Geral	6.303	1.734	0	8.037
- Protecção Jurídica	68	0	31	37
- Assistência	433	424	0	857
Sub-total	88.626	25.432	7.724	106.334
<u>Ajustam. de Créditos de Cobr Duvidosa</u>				
Mediadores de Seguros	237.612	14.567	71.955	180.223
Resseguradores	87.065	0	46.981	40.084
Outros Devedores	69.917	0	0	69.917
Sub-total	394.595	14.567	118.937	290.225
<u>Outras Provisões</u>	0			0
Sub-total	0	0	0	0
Total	483.221	39.999	126.661	396.559

14. Prémios de contratos de seguro

A composição dos prémios reconhecidos no exercício resultantes de contratos de seguros, e de outros valores, é a seguinte:

Un: EUR

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO NÃO VIDA					
Acidentes e Doença	10.615.209	10.519.209	7.838.041	2.020.910	-1.049.490
Incêndio e Outros Danos	5.038.331	4.683.560	2.444.538	1.737.636	-716.430
Automóvel:					
Responsabilidade Civil	12.294.252	11.761.548	7.963.767	4.043.222	-832.470
Outras Coberturas	5.820.902	5.062.778	3.274.311	2.109.260	-112.051
Marítimo e Transportes	274.074	267.562	19.853	49.841	-177.293
Mercadorias Transportadas	164.830	164.061	26.934	46.897	-30.306
Resp.Civil Geral	731.677	671.037	-87.859	272.445	-214.804
Protecção Jurídica	87.183	83.516	0	61.074	-71.695
Assistência	1.912.912	1.820.265	1.124.061	456.665	-396.022
TOTAL	36.939.372	35.033.536	22.603.647	10.797.949	-3.600.563

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

Un: EUR

	2016	2015	Varição 2016/2015
Prémios brutos emitidos	36.939.372	28.211.495	30,94%
Prémios de resseguro cedido	-10.952.529	-7.782.819	
Varição da provisão para prémios não adquiridos brutos	-1.905.836	-1.497.941	
Varição da provisão para prémios não adquiridos de resseguro	92.672	406.489	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	24.173.679	19.337.224	25,01%

16. Rendimentos/réditos de investimentos

O rendimento das ações é contabilizado na rubrica de “rendimentos de investimentos” no momento do recebimento dos dividendos atribuídos.

Relativamente aos juros das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, são igualmente reconhecidos nas rubricas de “rendimentos de investimentos”, procedendo-se à sua especialização no final do exercício com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período correspondente (juro decorrido).

Os rendimentos reconhecidos no ano e no ano anterior, por categoria de investimentos, foram os seguintes:

Un: EUR

Categoria de Investimento	Rendimentos em 2016		Rendimentos em 2015	
		%		%
Participações em filiais e associadas	0	0%	0	0%
Ativos financeiros disponíveis para venda:				
Ações e outros títulos de rendimento variável	11.668	2%	15.629	1%
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	662.111	93%	1.063.614	95%
Terrenos e Edifícios (de rendimento)	34.250	5%	0	0%
Depósitos a prazo em instituições de crédito	2.573	0%	34.523	3%
Depósitos à ordem em instituições de crédito	71	0%	6.363	1%
Total dos rendimentos	710.673	100%	1.120.129	100%

17. Ganhos e perdas em investimentos

O resultado dos ganhos e perdas reconhecidos no exercício e no exercício anterior é como segue:

2016

Un: EUR

Categoria de investimento	Ganhos em Investimentos	Perdas em Investimentos	Total Líquido
Ações e outros títulos de rendimento variável	24.709	-45	24.665
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	511.963	-824	511.139
Total	536.672	-868	535.804

2015

Un: EUR

Categoria de investimento	Ganhos em Investimentos	Perdas em Investimentos	Total Líquido
Ações e outros títulos de rendimento variável	352.771	-675	352.096
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	2.994.260	-86.577	2.907.684
Total	3.347.031	-87.252	3.259.780

18. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Não se verificaram ganhos e perdas por imparidades no exercício.

19. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

Não foi reconhecido qualquer ganho/perda de valor em 2016 dado que os investimentos financeiros da Companhia são expressos em moeda “euro”, na sua totalidade.

20. Custos de financiamento

Não se registaram custos no exercício.

21. Gastos diversos por função e natureza

A Companhia suportou nos anos de 2016 e 2015 os seguintes custos e gastos de exploração para aquisição de contratos de seguro:

un: EUR

Custos e Gastos de Exploração	Remunerações de mediação		Imputação		Total		Var.Total 2016/2015	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	Valor	%
Custos de aquisição	4.614.087	3.330.372	4.428.348	4.664.382	9.042.435	7.994.754	1.047.681	13,10%
Gastos administrativos	622.291	449.140	1.513.690	1.591.881	2.135.981	2.041.021	94.960	4,65%
Variação dos custos de aquisição diferidos	-380.466	-298.749			-380.466	-298.749	-81.717	27,35%
Total	4.855.911	3.480.763	5.942.038	6.256.263	10.797.949	9.737.026	1.060.924	10,90%

Os gastos são inicialmente registados por natureza e, posteriormente, imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, de acordo com o plano de contas e os critérios de imputação em vigor na Companhia, respetivamente em função do número de sinistros, do número de apólices novas contratadas, das apólices em vigor no final do período e dos custos com investimentos afetos às provisões técnicas, bem como das pessoas afetas a cada função.

Os custos e gastos por natureza imputados nos exercícios de 2016 e 2015 às diversas funções foram os seguintes:

2016

un: EUR

Custos e gastos por natureza a imputar	Imputados a custos com sinistros	Imputados a custos de aquisição	Imputados a gastos administrativos	Imputados a gastos de investimentos	Total imputado	
Gastos com pessoal	4.886.172	1.245.974	2.687.394	918.600	34.203	4.886.172
Fornecimentos e serviços externos	2.861.936	729.794	1.574.065	538.044	20.034	2.861.936
Impostos e taxas	267.727	102.703	121.830	41.644	1.551	267.727
Depreciações e amortizações do exercício	54.922	14.005	30.207	10.325	384	54.922
Outras provisões	0	0	0	0	0	0
Juros suportados	1.477	377	813	278	10	1.477
Comissões	148.821	6.509	14.040	4.799	123.474	148.821
Total	8.221.055	2.099.361	4.428.348	1.513.690	179.656	8.221.055

26%	54%	18%	2%	100%
-----	-----	-----	----	------

Custos e gastos por natureza a imputar		Imputados a custos com sinistros	Imputados a custos de aquisição	Imputados a gastos administrativos	Imputados a gastos de investimentos	Total imputado
Gastos com pessoal	4.926.964	1.285.938	2.685.195	916.415	39.416	4.926.964
Fornecimentos e serviços externos	3.282.794	856.809	1.789.123	610.600	26.262	3.282.794
Impostos e taxas	194.059	56.230	101.646	34.690	1.492	194.059
Depreciações e amortizações do exercício	113.523	29.630	61.870	21.115	908	113.523
Outras provisões	0	0	0	0	0	0
Juros suportados	7.883	2.057	4.296	1.466	63	7.883
Comissões	100.078	10.656	22.251	7.594	59.577	100.078
Total	8.625.302	2.241.320	4.664.382	1.591.881	127.719	8.625.302

26% 54% 18% 1% 100%

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” apresenta a seguinte variação entre 2016 e 2015:

un: EUR

Rubrica	2016	%	2015	%	2016/ 2015
Eletricidade	35.030	1,2%	35.362	1,1%	-0,9%
Combustíveis	80.992	2,8%	79.307	2,4%	2,1%
Água	5.358	0,2%	5.960	0,2%	-10,1%
Impressos	28.826	1,0%	45.128	1,4%	-36,1%
Material de escritório	25.173	0,9%	26.580	0,8%	-5,3%
Livros e documentação técnica	1.364	0,0%	1.420	0,0%	-3,9%
Artigos para oferta	32.967	1,2%	4.548	0,1%	624,9%
Conservação e reparação	85.369	3,0%	118.955	3,6%	-28,2%
Rendas e alugueres	569.664	19,9%	528.615	16,1%	7,8%
Despesas de representação	75.667	2,6%	35.987	1,1%	110,3%
Comunicação	310.239	10,8%	307.111	9,4%	1,0%
Deslocações e estadas	93.600	3,3%	112.681	3,4%	-16,9%
Seguros	14.715	0,5%	15.396	0,5%	-4,4%
Gastos com trabalho independente	86.469	3,0%	175.725	5,4%	-50,8%
Publicidade e propaganda	202.122	7,1%	187.753	5,7%	7,7%
Limpeza, higiene e conforto	39.057	1,4%	45.156	1,4%	-13,5%
Contencioso e notariado	2.835	0,1%	7.666	0,2%	-63,0%
Trabalhos especializados	985.597	34,4%	1.427.046	43,5%	-30,9%
Quotizações (da actividade)	35.014	1,2%	32.788	1,0%	6,8%
Refeições no local de trabalho	6.330	0,2%	5.396	0,2%	17,3%
Gastos com cobrança de prémios	62.838	2,2%	57.605	1,8%	9,1%
Outros fornecimentos e serviços	82.711	2,9%	26.609	0,8%	210,8%
Total	2.861.936	100%	3.282.794	100%	-12,8%

A variação registada nesta rúbrica reflecte o empenho da Caravela na eficácia do controlo dos custos, bem como na melhoria da eficiência e da produtividade.

22. Gastos com pessoal

O número médio de Colaboradores, por categorias profissionais, ao serviço da Caravela durante o exercício de 2016 foi de 104 (2015=106), sendo 105 o número absoluto em 31 de Dezembro de 2016 (2015=104).

Média do ano			
	CCT de 2008		ACT de 2016
Escriturário IX	34	Diretor	2
Escriturário X		Gestor Técnico	8
Técnico comercial	2	Gestor Comercial	5
Subchefeseção	1	Gestor Operacional	1
Subgerente	1	Técnico	4
Assistente Comercial	1	Coordenador Operacional	15
Chefe de secção	1	Especialista Operacional	25
Encarregado de Arquivo Sectorial	0	Auxiliar Geral	1
Director de Serviços	1	Assistente Operacional	0
TOTAL	43		61
MÉDIA ANO		104	
Total a 31/12/2016			
	CCT de 2008		ACT de 2016
Escriturário IX	33	Diretor	2
Escriturário X		Gestor Técnico	8
Técnico comercial	2	Gestor Comercial	5
Subchefeseção	1	Gestor Operacional	1
Subgerente	1	Técnico	5
Assistente Comercial	1	Coordenador Operacional	16
Chefe de secção	3	Especialista Operacional	25
Encarregado de Arquivo Sectorial	0	Auxiliar Geral	1
Director de Serviços	1	Assistente Operacional	0
	42		63
TOTAL ANO EM 31/12/2016		105	

Despesas com o pessoal referentes ao exercício

Os custos com pessoal totalizaram 4.886.172 euros no exercício (2015=4.926.964€), correspondendo a uma diminuição de -0,83% em relação ao ano anterior (2015/2014=17,13%), e incluem a contabilização no exercício do montante de 16.860 euros (2015=22.848€), correspondente ao encargo com o pagamento do prémio de permanência, nos termos enunciados em 3.6.

Há ainda a referir a contribuição adicional efetuada para o Plano Individual de Reforma (P.I.R.) no montante de 30.567 euros (2015=62.153€), conforme mencionado no item seguinte.

As despesas têm a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

Un: EUR

Contas	Rubricas	2016	2015	2016/2015
	Gastos com Pessoal			
6800	Remunerações dos órgãos sociais	368.554	353.608	4,23%
6801	Remunerações do pessoal	3.346.318	3.202.812	4,48%
6802	Encargos sobre remunerações	879.984	839.036	4,88%
6803	Benefícios pós-emprego	30.567	62.153	-50,82%
6804	Outros benefícios a longo prazo dos empregados	16.860	22.848	-26,21%
6805	Benefícios de cessação de emprego	0	0	0,00%
6806	Seguros obrigatórios	118.901	135.725	-12,40%
6807	Gastos de acção social	56.428	71.394	-20,96%
6808	Outros gastos com o pessoal	68.560	239.388	-71,36%
	dos quais:			
68088	Rescisões por acordo	0	38.271	-100,00%
	TOTAL	4.886.172	4.926.964	-0,83%

Em complemento da Política de Remunerações dos Órgãos Sociais e de Fiscalização, não se registam quaisquer outros compromissos em matéria de pensões de reforma para os antigos membros dos órgãos supracitados, para além de um ex-administrador que está abrangido pelo “Plano de Pensões Caravela-Plano BD” referido no item 23.

23. Obrigações com benefícios dos empregados

Os pressupostos e a metodologia do Relatório de Avaliação Atuarial do “Plano de Pensões Caravela – Plano BD” em 31 de Dezembro de 2016 são os seguintes:

PRESSUPOSTOS

Taxa de desconto	2,1%
Taxa de crescimento dos salários	3,0%
Taxa de crescimento das pensões	1,0%
Taxa de crescimento dos salários para efeitos do cálculo da pensão dedutível	3,0%
Tábua de mortalidade	TV 88/90
Decrementos na vida activa	Por morte
Taxa de rotação do pessoal	Na ausência de qualquer estatística fiável e numa óptica prudente, considerou-se uma rotação de pessoal de 0%
Idade normal da reforma	66 anos e 2 meses em 2016, nos anos seguintes consideram-se as projecções do Eurostat para a população portuguesa
Data efeito dos cálculos	31 de Dezembro de 2016

METODOLOGIA

Ativos - Responsabilidades Passadas e Custo Normal	unit credit projectado
Pensões em pagamento	rendas vitalícias imediatas

Através do método *unit credit* projectado são calculadas responsabilidades em função dos benefícios projectados para a reforma, repartidos pelo tempo de serviço passado.

A população ativa e reformada apresenta a seguinte distribuição em 31 de Dezembro de 2016

Un: EUR

População ativa	2016	2015	▲
Número de pessoas	3	3	-
Idade Média Massa Salarial Total Anual	49,8	48,8	1
Massa Salarial Total Anual ¹	111.589	104.898	6.691 / 6.4%
Salário Médio Anual	37.196	34.966	2.230 / 6.4%

Un: EUR

População Reformada	2016	2015	▲
Número de pessoas	1	1	-
Idade Média	72	71	-
Pensão anual ²	2.296	2.296	-

O valor apurado das responsabilidades com pensões complementares de reforma em 31 de Dezembro de 2016 tem a seguinte decomposição:

Un: EUR

Responsabilidades por Serviços Totais	192.874
Activos	163.384
Reformados	29.490
Responsabilidades por Serviços Passados	129.180
Activos	66.690
Reformados	29.490
Custo Normal	3.343

¹ 14 vezes os salários mensais pensionáveis para a Segurança Social

² 14 vezes a pensão mensal que está a ser suportada pelo Fundo de Pensões

O nível de financiamento do Fundo de Pensões BD é o seguinte:

Resultados		Un: EUR
(1) Responsabilidades por serviços passados		129.180
(2) Valor do Fundo em 31.12.2016		134.161
(3) Excesso/ (défice) de Financiamento (3) - (2) - (1) Valor do Fundo		49.81
(4) Nível de Financiamento (2) / (1)		104%

24. Imposto sobre o rendimento

Imposto corrente

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é determinado com base em declarações de auto-liquidação da Companhia, elaboradas em conformidade com as normas fiscais vigentes, ficando sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pela Administração Tributária durante o período de quatro anos aplicável aos exercícios de 2010 e 2011, de cinco anos ao exercício de 2013 e doze anos a partir do ano de 2014.

As contas dos exercícios de 2012 e 2013 estão neste momento a ser sujeitas a revisão pela Autoridade Tributária, sendo que a Companhia não espera que do resultado final possam resultar alterações relevantes às matérias coletáveis desses anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos foram calculados tendo por base as diferenças temporárias que existem entre alguns valores ativos e passivos e a respetiva base fiscal.

A Companhia estimou resultados fiscais negativos nos exercícios de 2013 e 2014, tendo efectuado o apuramento de imposto diferido activo no exercício de 2014, dada a elevada probabilidade que foi estimada pela Administração, e que se mantém nesta data, da sua recuperabilidade dentro do prazo fiscal permitido.

Os ativos e passivos por impostos correntes e diferidos reconhecidos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 apresentam a composição discriminada, na página seguinte:

Un: EUR

	2016	2015
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o Rendimento (entregas e retenções)	336.795	259.016
Taxa para o Fundo de Acidentes Trabalho	13.925	3.370
Taxa para o Fundo de Garantia Automóvel	3.310	6.124
Contribuições para a Segurança Social	5.855	4.394
	359.885	272.904
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o Rendimento a Pagar (tributação autónoma)	-127.220	-107.835
Retenção de Impostos na Fonte	-96.483	-84.562
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-12.019	-8.240
Imposto de Selo	-344.299	-235.803
Taxa para a Autoridade Nacional para Protecção Civil	-38.195	-28.986
Taxa para o Instituto Nacional de Emergência Médica	-92.463	-67.984
Taxa para o Fundo de Acidentes Trabalho	-371.344	-339.975
Taxa para o Instituto de Seguros Portugal	-48.056	-38.122
Taxa para o Fundo de Garantia Automóvel	-95.834	-78.548
Cartas Verdes	-11.126	-8.445
Contribuições para a Segurança Social	-93.300	-91.236
Tributos das Autarquias	-2.425	-393
	-1.332.765	-1.090.128
Ativos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Activos Disponíveis para Venda	178.285	178.285
Por prejuízos fiscais	1.077.605	1.077.605
	1.255.890	1.255.890
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Activos Disponíveis para Venda	-38.301	-83.149
	-38.301	-83.149
Total	244.708	355.517

Nos termos do artigo 21º do DL nº. 441/1991 e do DL nº. 534/1980, a Companhia apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira.

25. Capital

O capital da CARAVELA é de 13 milhões e 566 mil euros e está representado por 26.600.000 ações ao valor nominal de 0,51 euros cada, de que é detentora a Sociedade AAA SGPS, SA. na sua totalidade.

A composição do capital social, que se encontra totalmente subscrito e realizado, pode ser analisado como segue, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

Un: EUR

Accionistas	Nº. de ações em 31-12-2016	% do capital social em 31-12-2016	Nº. de ações em 31-12-2015	% do capital social em 31-12-2015
AAA, SGPS, SA	26.600.000	100,00%	26.600.000	100,00%
Total	26.600.000	100%	26.600.000	100%

A composição do capital próprio da CARAVELA no final dos exercícios de 2016 e 2015 é como segue:

Un: EUR

Capital Próprio	2016	2015
Capital Social	13.566.000	13.566.000
Reservas de Reavaliação	170.228	369.553
Reserva por impostos diferidos	-38.301	-83.149
Outras Reservas		
Reserva Legal	1.117.580	1.096.890
Reservas Livres	1.370.635	1.370.635
Resultados Transitados	-7.424.195	-7.610.398
Resultado do Exercício	302.489	206.893
	9.064.436	8.916.423

A rubrica de “Resultados Transitados” pode ser analisada como segue em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

2016

Un: EUR

Resultados Transitados	Débito	Crédito
Balanço em 31-12-2015	7.610.398	
Parte do Resultado Líquido do Exercício de 2015 (restante afecto a Reserva Legal)		186.203
	7.610.398	186.203
Balanço em 31-12-2016		7.424.195

2015

Un: EUR

Resultados Transitados	Débito	Crédito
Balanço em 31-12-2014	3.265.912	
Resultado Líquido do Exercício de 2014	4.344.486	
	7.610.398	0
Balanço em 31-12-2015		7.610.398

Tendo entrado em vigor em 1 de Janeiro de 2016 o novo regime de Solvência (Solvência II), através da Lei nº 147/2015, de 9 de Setembro, a Companhia procedeu ao respetivo cálculo, apresentando as seguintes posições de abertura e de encerramento:

u: milhares euros

	01.01.2016	31.12.2016
Resultado Líquido	207	302
Fundos Próprios Elegíveis	9.351	10.418
Capital Social	13.566	13.566
Reserva Reavaliação	370	170
Outras Reservas	-5.226	-4.974
Restantes elementos da Reserva Reconciliação e outros fundos SII	435	1.354
SCR	9.541	10.094
Ajustamento por Impostos	-1.484	-1.333
Risco Operacional	1.113	1.270
BSCR	9.913	10.157
Efeito de diversificação	-3.382	-3.887
Soma das componentes de risco	13.295	14.044
Risco de Mercado	1.990	2.293
Risco de incumprimento da contraparte	789	1.141
Risco de subscrição saúde	2.121	2.464
Risco de subscrição não vida	8.395	8.147
Rácio de Solvência	98,00%	103,21%
Rácio de Capital Mínimo	193,20%	210,47%

Os rácios de Solvência e de Capital Mínimo foram calculados utilizando a fórmula *standard* constante do Regulamento Delegado n.º 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, que completa a Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu utilizando a medida de transição relativa às provisões técnicas e a medida de longo prazo relativa ao ajustamento de volatilidade.

Nos termos do mencionado Regulamento Delegado n.º 2015/35, este cálculo será objeto de um Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira a divulgar publicamente até 20 semanas após a data de referência e que será certificado pelo Revisor Oficial de Contas da Companhia.

26. Reservas

Os movimentos de cada reserva dentro do capital próprio em 2016 foram os que se apresenta na seguinte Demonstração de Variações no Capital Próprio:

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	2016								
	Capital	Reserva de reavaliação por ajustam. justo valor activos financeiros disponíveis venda	Reserva de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Balanco a 31-12-2015	13.566.000	369.553		-83.149	1.096.890	1.370.635	-7.610.398	206.893	8.916.423
Correcções de erros (IAS 8)									0
Alterações políticas contabilísticas									0
Balanco de abertura alterado	13.566.000	369.553		-83.149	1.096.890	1.370.635	-7.610.398	206.893	8.916.423
Aumentos/reduções de capital									0
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		-199.324							-199.324
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio									0
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				44.848					44.848
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					20.690			-20.690	0
Cobertura de Prejuízos									0
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio									0
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							186.203	-186.203	0
Total das variações do capital próprio	0	-199.324		44.848	20.690	0	186.203	-206.893	-154.476
Resultado líquido do período								302.489	302.489
Distribuição antecipada de lucros									0
Balanco em 31-12-2016	13.566.000	170.228		-38.301	1.117.580	1.370.635	-7.424.195	302.489	9.064.436

Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação/justo valor destina-se a registar os ajustamentos no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquida da imparidade reconhecida no exercício e/ou em exercícios anteriores, não tendo relevância em ganhos e perdas até ao momento da alienação dos bens, altura em que o respetivo saldo é reconhecido em resultados, ou directamente em capital próprio.

A composição da reserva de reavaliação no final dos exercícios de 2016 e 2015 é como segue:

2016				
Un: EUR				
	Valor de aquisição/ Custo amortizado	Imparidade (líq.reversão)	Justo valor (líq.deprec.)	Reserva de reavaliação
Ativos disponíveis para venda	44.770.854	-792.377	44.148.705	170.228
				170.228

2015

Un: EUR

	Valor de aquisição/ Custo amortizado	Imparidade (líq.reversão)	Justo valor (líq.deprec.)	Reserva de reavaliação
Ativos disponíveis para venda	45.661.090	-792.377	45.238.265	369.553
				369.553

Reserva legal

De acordo com o artigo 62º da Lei nº. 145/2015, de 9 de Setembro, uma percentagem não inferior a dez por cento dos lucros líquidos anuais é transferida para esta conta até à concorrência do capital social.

Deve ser utilizada unicamente para aumento do capital social ou na cobertura de prejuízos, não podendo ser distribuída.

O saldo desta rubrica registou um aumento de 20.690 euros no exercício, correspondente à percentagem de 10% do lucro líquido do exercício anterior, que transitou para Reserva Legal.

Reservas livres

São reservas que resultam da parte excedente de resultados positivos não necessária para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados.

O seu saldo remonta ao exercício de 2008 por transferência da parte do lucro de 2007 não afeta à reserva legal.

Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos diretamente em resultados quando relacionam as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos ativos e passivos e as respetivas bases fiscais, exceto quando estão relacionados com rubricas de capitais próprios, caso em que são reconhecidos diretamente em capitais próprios.

Conforme movimentos explicitados no item 24 esta reserva por impostos diferidos pode ser analisada como segue em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

2016

Un: EUR

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Activos disponíveis para venda	-83.149	44.848	0	-38.301
	-83.149	44.848	0	-38.301

2015

Un: EUR

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Activos disponíveis para venda	-987.866	904.717	0	-83.149
	-987.866	904.717	0	-83.149

29. Transações entre partes relacionadas

No exercício de 2016 foram faturados pela SROC Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., os honorários seguintes:

Descrição dos Honorários MAZARS	Valor
Solvência II	19.680,00
Revisão Oficial Contas	
Última parcela 2015	3.576,00
2016	53.004,00
TOTAL	76.260,00

Durante o exercício de 2016, e até à data da cisão ocorrida em Novembro de 2016, as transações entre partes relacionadas (respeitantes à atividade) foram as seguintes:

	<i>Un: EUR</i>			
	Activo	Passivo	Custos	Proveitos
Sabseg, SA *	842.475	0	582.692	0
Desporto Seguro	15.971	0	155.716	0
Securifenix	0	200	1.544	0
Securicórdia	1.024	2.491	32.778	0
E-SEO Mediação Seguros	41.302	977	3.576	0
TOTAL	900.772	3.668	776.305	0

*A Sabseg, SA é a sociedade resultante da fusão ocorrida em 2016 entre a Sabseg II – Corrector de Seguros, SA e a Sabseg – Mediação de Seguros, SA

Outras transações com as partes relacionadas respeitaram à aquisição em 15 de Julho de 2016 dos dois imóveis seguintes:

- à Sabseg II - Corrector de Seguros, SA., a fração CC do prédio urbano situado na Rua José Galhardo, nºs 1, 3, 3A e 3B e Rua Agostinho Neto, nº7, em Lisboa, pelo valor de aquisição de 120.000 euros.

- à Sabseg - Mediação de Seguros, SA., as frações V, X, Z, AA, AB, AC e AD do prédio urbano situado na Praça Conde de Agrolongo, nºs 161 a 183, em Braga, pelo valor de aquisição de 1.140.000 euros.

À data de 31 de Dezembro de 2016 a AAA SGPS, SA apenas detém a participação social na Caravela - Companhia de Seguros, SA. não sendo detentora de qualquer outro ativo.

30. Demonstração de fluxos de caixa

Esta demonstração foi elaborada pelo método directo e é apresentada no Relatório e Contas, conjuntamente com as restantes Demonstrações Financeiras.

31. Compromissos

A CARAVELA detém contratos de locação operacional referentes a material de transporte.

O detalhe em 31 de Dezembro de 2016, por viaturas e por anos de vencimento dos contratos, é como segue:

Termo do Contrato	Nº de Viaturas	Valor mínimo a pagar (€)
2017	7	19.943
2018	11	110.371
2019	15	196.042
2020	2	29.326
Total	35	355.682

A CARAVELA, à data de reporte das Demonstrações Financeiras, mantinha em vigor a seguinte Garantia Bancária:

- A favor da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, com início em 14.03.2000, o capital de 1.236 euros, à taxa de 0,375%, no Banco Português de Gestão, destinando-se a assegurar os serviços de fornecimento de seguros ao município.

32. Passivos contingentes

A Companhia não considerou necessário a constituição de “outras provisões” para fazer face a pagamentos futuros, na medida em que não considera provável que tal venha a acontecer.

Não existem passivos contingentes a divulgar, à data das Demonstrações Financeiras.

36. Acontecimentos após a data do Balanço não descritos em pontos anteriores

Não se verificaram acontecimentos relevantes a registar após a data do Balanço.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2017

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Diamantino Marques

António Nestor Ribeiro

Paulo Trigo

Gonçalo Ramos e Costa

José Lamego

Relatório e Contas 2016



CARAVELA
COMPANHIA DE SEGUROS

Protegemos o Seu Futuro

**Relatório e Parecer do
Conselho Fiscal**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas da
CARAVELA – Companhia de Seguros, S.A.

1. RELATÓRIO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da CARAVELA – Companhia de Seguros, S.A., apresenta o relatório sobre a ação fiscalizadora realizada, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2016 e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Companhia, a evolução da sua atividade, tendo efetuado reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas. Estas reuniões contaram, tendo em conta as matérias em análise, com a presença dos responsáveis da área financeira e Conselho de Administração. Mantivemos igualmente contacto com o Revisor Oficial de Contas que nos manteve informados da natureza e conclusões das auditorias realizadas. No cumprimento destas funções o Conselho Fiscal sempre obteve da Administração, dos diversos serviços da Companhia e do Revisor Oficial de Contas, todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

Acompanhou ainda o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão aos documentos de prestação de contas da Companhia, tendo recebido do Revisor Oficial de Contas todas as informações e esclarecimentos solicitados. Adicionalmente, no âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e demais documentos relativos ao exercício findo naquela data e os correspondentes anexos elaborados em conformidade com as normas contabilísticas e legais aplicáveis.

Procedeu ainda à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, e a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as contas, emitidos pelo revisor oficial de contas, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração, dos serviços e do Revisor Oficial de Contas.

2. PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

- a) o Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Em cumprimento do estabelecido no n.º 6 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, e na alínea c) do n.º 1 do art.º 245º do Código dos Valores Imobiliários, os membros do Conselho Fiscal declararam que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo e do Passivo, da situação financeira e dos Resultados da empresa.

Declaram ainda que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Companhia, contendo o referido relatório menção aos riscos e incertezas da atividade.

Lisboa, 13 de Março de 2017

O Conselho Fiscal

Presidente:



(Manuel Augusto Lopes de Lemos)

Vogal



(Humberto Manuel Martins Carneiro)

Vogal -



(Armando Luís Viera de Magalhães)

Relatório e Contas 2016



CARAVELA
COMPANHIA DE SEGUROS

Protegemos o Seu Futuro

**Certificação Legal
de Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Caravela – Companhia de Seguros, S.A.**, (doravante também denominada por Entidade) que compreendem demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de ativo de 61 057 863 euros e um total de capital próprio de 9 064 436 euros, incluindo um resultado líquido de 302 489 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Caravela – Companhia de Seguros, S.A.**, em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

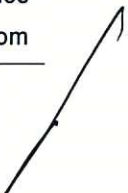
Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

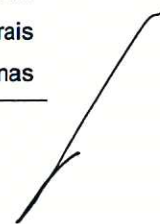
As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias Relevantes de Auditoria

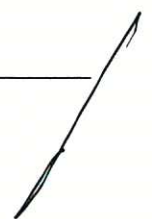
Provisões Técnicas	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A avaliação do Órgão de gestão sobre as provisões para a regularização dos sinistros futuros envolve julgamentos complexos e subjetivos sobre eventos futuros, internos e externos à Companhia, pelo que pequenas alterações nos pressupostos considerados podem resultar em impactos materiais na valorização destas responsabilidades.</p> <p>A provisão para sinistros, a qual integra a provisão de prestações, IBNR, IBNER e o Custo de Gestão de Sinistros, representa o custo estimado do total das obrigações pendentes da seguradora resultante dos sinistros ocorridos em data anterior à data de encerramento do exercício. Esta é uma área complexa e sujeita a julgamento profissional em resultado da incerteza inerente ao cálculo da estimativa das provisões para sinistros. No cálculo destas provisões são utilizados métodos estatísticos tanto estocásticos como determinísticos, sendo ambos os métodos complexos com inúmeras hipóteses sujeitas a validação/revisão.</p> <p>Especificamente no que respeita a linha de negócios de acidentes do trabalho, o normativo Português regula as tábuas de mortalidade e as taxas de desconto. Contudo, as mesmas poderão não ser as mais indicadas à carteira da Entidade, pelo que carecem de revisão detalhada.</p> <p>Uma das incertezas mais significativas está relacionada com o cálculo de gastos a incorrer com sinistros graves que envolvam acidentes pessoais corporais [decorrentes da linha de negócio do Auto] e a determinação do valor atual das rendas que venham a ser definidas, assim como a eventual insuficiência das provisões para cobrir os riscos associados aos sinistros futuros.</p> <p>Os temas acima referidos estão divulgados nas notas 3.7, 4.1 e 4.5 do Anexo às Demonstrações Financeiras.</p>	<p>A nossa equipa de auditoria integra especialistas em atuariado.</p> <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o teste dos controlos-chave relacionados com o registo de apólices e o circuito do reporte de sinistros, bem como a execução de procedimentos substantivos para validar a coerência face à ocorrência e potencial valor dos sinistros, procedendo ainda à validação do nível de provisões registado para fazer face aos sinistros incorridos.</p> <p>Procedemos ainda à avaliação da competência, conhecimentos e objetividade do Atuário responsável da Companhia, e revimos as metodologias utilizadas, incluindo os triângulos de sinistros pagos e ocorridos e o custo médio por sinistro, validando pontos críticos de julgamento como, por exemplo, frequência de ocorrência, fatores de desenvolvimento, a incorporação de melhorias nas tendências na projeção das provisões, e benchmarking dos critérios-chave nas estimativas face ao conhecimento do setor.</p>
Valorização de instrumentos Financeiros	Abordagem e resposta de auditoria
<p>Dada a volatilidade do mercado e a incerteza macroeconómica, a valorização de investimentos é uma área de risco inerente. O risco não é uniforme para todos</p>	<p>Na valorização dos investimentos, avaliámos tanto a metodologia e pressupostos utilizados pelo Órgão de gestão na valorização com</p>



<p>os tipos de investimentos mas é maior para os investimentos que não apresentam preços de mercado disponíveis.</p>	<p>referência a 31 de dezembro de 2016, bem como os procedimentos de controlo que a Companhia apresenta para monitorizar estes processos.</p>
<p>O tema acima referido está divulgado nas notas 3.2.1, 6 e 7 do Anexo às Demonstrações Financeiras.</p>	<p>Os testes incluíram a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliar a metodologia e os pressupostos utilizados dentro no processo de valorização; • Comparar os preços utilizados com os valores de mercado, quando disponíveis, analisando quaisquer eventuais diferenças significativas.
<p>Sistemas de informação</p>	<p>Abordagem e resposta de auditoria</p>
<p>Nas Companhias de Seguros, os sistemas de informação assumem um papel fundamental e crítico na gestão e controlo dos processos operacionais e financeiros, tendo em conta o volume e a natureza das operações praticadas. Na Caravela Companhia de Seguros, as aplicações e/ou sistemas identificados em âmbito, considerando o seu impacto direto ou indireto no registo e preparação do relato financeiro, foram: Binfólio e MyGIS/GIS. Os riscos potenciais associados às Tecnologias de Informação (TI) têm implicações a nível estratégico, financeiro, operacional, regulatório e de reputação. Nas Companhias de Seguros, os riscos de TI considerados como mais significativos são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Risco estratégico de TI, nomeadamente o possível desalinhamento na integração das estratégias de TI e de negócio; • Resiliência de TI e risco de continuidade de negócio, considerando a dependência atual entre a gestão dos processos de negócio mais críticos e os sistemas de informação; • Risco associado a parceiros de TI e outsourcing assim como o risco de utilização de tecnologia de terceiros tendo em conta o risco inerente à dependência estratégica e operacional de entidades externas; • Risco associado à gestão e segurança de dados e de informação. Uma gestão inefetiva de dados pode originar e potenciar o risco de fraude, contabilístico, entre outros; • Risco inerente à operação diária da infraestrutura tecnológica e aplicacional que poderá decorrer da 	<p>A efetividade de um sistema de informação pode ser confirmada pela verificação dos controlos implementados nos processos de gestão de TI e na existência de evidências que comprovem os mesmos. Assim, os procedimentos que realizámos para a avaliação da efetividade dos controlos gerais de TI, considerados no âmbito dos trabalhos efetuados de suporte à auditoria financeira, foram executados recorrendo a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões com os principais interlocutores envolvidos nos processos de gestão de TI a fim de obter um entendimento do processo e identificar os respetivos controlos chave; • Conferência de documentação e outras evidências relevantes à confirmação do entendimento do processo e desenho dos controlos; • Testes aos controlos dos processos existentes de modo a verificar sua implementação / efetividade operacional e; • Análise das configurações técnicas dos sistemas de informação que determinam a conformidade do desenho e implementação de controlos aplicativos e dependentes de TI. • De forma a inferir quanto à integridade, confidencialidade e disponibilidade da informação e segurança de dados, para cada sistema de informação em âmbito, analisámos a efetividade do desenho e da implementação dos controlos gerais dos principais processos de gestão de TI nas



<p>ausência ou gestão limitada da governança de TI, originando uma ineficiente alocação de recursos e consequentemente comprometer a disponibilidade, integridade e confidencialidade de dados;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Risco generalizado decorrente de uma inefetiva identificação e gestão de riscos de IT. <p>Desta forma, considera-se que os sistemas de informação que suportam a gestão da informação financeira reportada são uma área de risco relevante para a Companhia, considerando que a fiabilidade e integridade dos registos contabilísticos e dos documentos de relato financeiro estão fortemente dependentes da robustez e segurança dos sistemas de informação.</p>	<p>seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segurança física • Segurança lógica • Gestão de alterações aplicacionais • Gestão de backups e continuidade de negócio • Operações de IT e; • Gestão de prestadores de serviços de TI.
<p style="text-align: center;">Ativos por Impostos diferidos</p> <p>A rubrica de Ativos por impostos diferidos exige julgamento profissional sobre a capacidade de recuperação dos mesmos, uma vez que a realização dos benefícios fiscais está muitas vezes dependente de lucros tributáveis futuros e há incertezas inerentes envolvidas na previsão, que são muitas vezes a base da avaliação de recuperação.</p> <p>O tema acima referido está divulgado nas notas 3.5 e 24 do Anexo às Demonstrações Financeiras.</p>	<p style="text-align: center;">Abordagem e resposta de auditoria</p> <p>Nesta área, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, a avaliação da recuperabilidade dos impostos diferidos, atendendo aos prazos de utilização dos prejuízos fiscais considerando os montantes que deram origem à constituição de Imposto diferido ativo.</p>
<p style="text-align: center;">Risco de fraude ao nível das Demonstrações Financeiras</p> <p>O auditor deve manter uma postura de ceticismo profissional ao longo de todo o trabalho, reconhecendo a possibilidade de que possa existir uma distorção material devido a fraude não obstante a sua experiência quanto à honestidade e integridade dos gerência e dos encarregados de governação.</p> <p>O risco de distorção material devido a fraude, nomeadamente no reconhecimento do rédito é um pressuposto, estabelecido pelas normas de auditoria, em virtude do risco de derrogação dos controlos por parte da Gerência.</p> <p>Por outro lado, na atividade seguradora existe um risco significativo de fraude perpetrada por terceiros, nomeadamente apólices celebradas com pressupostos incorretos e sinistros fraudulentos.</p>	<p style="text-align: center;">Abordagem e resposta de auditoria</p> <p>A resposta do auditor aos riscos identificados exigem o desenho e a realização de testes nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Testar a apropriação dos lançamentos de diário; • Revisão de estimativas contabilísticas; • Análise de transações significativas fora do âmbito normal da atividade, ou que por outro razão pareçam não ser usuais. <p>No que respeita às tentativas de fraude perpetradas por terceiros a nossa abordagem incluiu a identificação e a validação da adequação dos sistemas de controlo interno desenhados para detetar e impedir estas questões.</p>



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:


- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliámos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
 - Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- 

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- Declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.



Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 28 de março de 2013 para um mandato compreendido entre 2013 e 2016.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 9 de março de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 9 de março de 2017

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)